



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências Agrárias

Cursos de Agronomia e de Zootecnia - Campus de Florianópolis

Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas



Prefeitura Municipal de Concórdia - SC

**Análise Socioeconômica e Ambiental de Concórdia - SC:
Um Estudo a Partir da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar**



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Cursos de Agronomia e de Zootecnia - Campus de Florianópolis
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

Prefeitura Municipal de Concórdia - SC

Análise Socioeconômica e Ambiental do Meio Rural de Concórdia - SC:
Um Estudo a Partir da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar

Coordenação

Fábio Luiz Búrigo (ZDR/PGA/UFSC)
Ademir Antonio Cazella (ZDR/PGA/UFSC)
Oscar José Rover (ZDR/PGA/UFSC)

Autores

Alberto Kazushi Nagaoka (ENR/UFSC)
Ademir Antonio Cazella (ZDR/PGA/UFSC)
Alberto Kazushi Nagaoka (ENR/UFSC)
Ana Cecília Guedes (PGA/UFSC)
Anderson Luiz Romão (PGA/UFSC)
André Luiz Nicoluzzi (Agronomia/UFSC)
Andrielle Andrade (Agronomia/UFSC)
Eros Maria Mussoi (ZDR/UFSC)
Fábio Luiz Búrigo (ZDR/PGA/UFSC)
Grazianne A. S. Ramos (ZDR/PGA/UFSC)
Monique Medeiros (PGA/UFSC)
Oscar José Rover (ZDR/PGA/UFSC)
Renê Birochi (Administração/CPGA/UFSC)
Valmir Luiz Stropasola (ZDR/PGA/UFSC)

Levantamento de dados a campo

Estudantes de Agronomia e Zootecnia da
Disciplina Vivência em Agricultura Familiar do
CCA/UFSC - Semestre 2014/1

Série
RETRATOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR

03

Florianópolis, 2015

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

U58a Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de
 Ciências Agrárias.
 Análise socioeconômica e ambiental do meio rural de
Concórdia (sc): um estudo a partir da disciplina
Vivência em Agricultura Familiar / Centro de Ciências
Agrárias ; coordenadores Fábio Luiz Búrigo, Ademir
Antonio Cazella, Oscar José Rover ; autores Alberto
Kazushi Nagaoka...[et al.]. - Florianópolis :
CCA/UFSC, 2015.

58 p. : il., grafs., tabs.- (Série Retratos da
Agricultura Familiar ; 3)

Inclui bibliografia.

1. Agricultura Familiar - Concórdia (sc). 2.
Levantamento socioeconômico - Concórdia (sc). 3.
Agronomia. 4. Zootecnia. I. Búrigo, Fábio Luiz. II.
Cazella, Ademir Antonio. III. Rover, Oscar José. IV.
Nagaoka, Alberto Kazushi. V. Título. VI. Série.

CDU: 331.101.264.22 (816.414.06)

ISBN E-BOOK: 978-85-88050-11-2

ISBN PAPEL: 978-85-88050-10-5

Foto de Capa: Área rural de Concórdia. Fonte: Prefeitura Municipal de Concórdia

Apoio técnico: Tatiana Rossi e equipe da Biblioteca Universitária da UFSC

Diagramação dos gráficos: Anderson Luiz Romão e Fábio Luiz Búrigo

Impressão e acabamento: Imprensa Universitária da UFSC

Como referenciar este documento:

BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A.; ROVER, O. (Coord.). **Análise socioeconômica e ambiental do meio rural de Concórdia - SC**: um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Florianópolis: UFSC, 2015. (Retratos da agricultura familiar, 3).

Agradecimentos

Agradecemos às famílias de agricultores do município de Concórdia que gentilmente acolheram os estudantes dos cursos de Agronomia e Zootecnia em suas casas no período de 20 de março a 09 de abril de 2014. Nesse período, estas famílias compartilharam seu cotidiano com eles e se dispuseram a responder o questionário socioeconômico e ambiental que deu origem a este documento.

Agradecemos à administração municipal pelo envolvimento na organização das atividades relacionadas à etapa de campo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, bem como à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) pelo apoio logístico.

Agradecemos também aos estudantes que realizaram a Vivência e a aplicação dos questionários em campo, o que resultou na elaboração desta obra.

Sumário

1 Introdução.....	7
2 Contextualização do Município	9
3 Principais Resultados da Sistematização dos Questionários	15
3.1 Perfil Social da Família	15
3.2 Principais Características dos Estabelecimentos Agrícolas.....	20
3.3 Relações de Trabalho e Inserção Sociopolítica.....	27
3.4 Produção Agropecuária, Autoabastecimento e Comercialização	30
3.5 Grau de Conhecimento e Acesso a Políticas Públicas	36
3.6 Relações Socioprofissionais, Ambientais e Perspectivas Futuras	40
4 Considerações Finais	49
Referências	53
Apêndice	55



1 Introdução

Esta publicação é resultado de um estudo realizado com agricultores familiares do município de Concórdia, localizado no Alto Vale do Rio Uruguai, região Oeste do estado de Santa Catarina. Tal estudo ocorreu durante a disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF), ministrada aos cursos de Agronomia e Zootecnia, vinculada ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), campus Florianópolis. A fase de campo, que ocorreu entre os dias 20 de março e 09 de abril de 2014, possibilitou que 64 estudantes realizassem um levantamento socioeconômico e ambiental junto aos agricultores familiares que os receberam.

A VAF é realizada semestralmente em diferentes municípios de Santa Catarina, e conta com a participação direta de famílias de agricultores que são selecionadas para receber um estudante de graduação durante 21 dias em suas residências e nas suas unidades produtivas. Nesse período, o estudante se integra ao ambiente familiar num processo denominado de vivência. A família oferece alojamento, alimentação e a oportunidade do estudante de participar das atividades produtivas e organizativas do estabelecimento agropecuário e da vida comunitária. O principal objetivo desta disciplina é que o estudante se integre às atividades e dinâmicas da família rural e da unidade produtiva, vivenciando aspectos socioculturais, organizativos, econômicos, técnicos, dentre outros.

Durante os 21 dias da vivência, cada estudante aplica um questionário socioeconômico e ambiental junto à família que o recebeu. Mesmo que o número de agricultores entrevistados e os estabelecimentos familiares visitados representem uma amostra significativa da agricultura familiar do município, não é possível fazer generalizações dos resultados para o conjunto do município, em função dos critérios preestabelecidos na seleção das famílias. Esses critérios levam em conta o interesse no acolhimento de um estudante universitário, as condições materiais, a localização do estabelecimento e a estrutura social da família. Essas particularidades podem fazer com que a “amostra” dos resultados aqui apresentados seja diferente da média geral da agricultura familiar do município. Apesar disso, os professores envolvidos na VAF disponibilizam publicamente este material por entender que a informação e a discussão dos seus resultados são úteis às lideranças, organizações sociais e agentes do poder público. Os dados e as análises que constituem esse relatório podem colaborar na formulação de novas estratégias de apoio à agricultura familiar e de outras iniciativas que venham a fortalecer o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia e região.



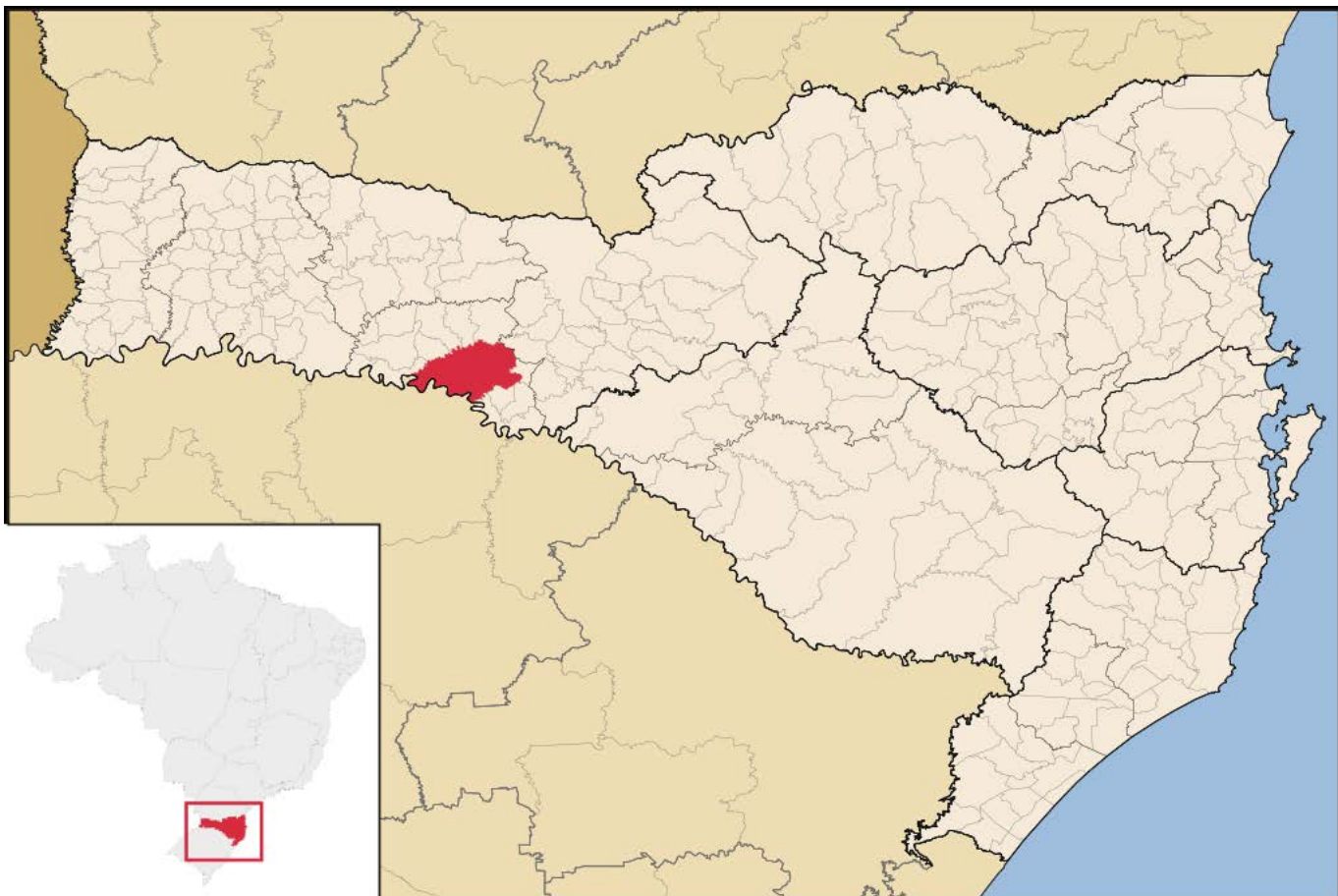
Os questionários foram preenchidos, principalmente, a partir de informações fornecidas pela pessoa identificada pela família como aquela que desempenha o papel de chefe do estabelecimento. Os estudantes não realizaram uma entrevista pontual, executada em algumas poucas horas, mas agregaram informações ao longo das três semanas de sua vivência com a família. O preenchimento do questionário-base, que originou este estudo, foi realizado com a autorização prévia das famílias, de acordo com critérios éticos estabelecidos pela UFSC em pesquisas semelhantes, sobretudo no que concerne ao anonimato dos entrevistados e das informações coletadas. Em função do seu teor declaratório, as informações mais complexas, a exemplo dos dados financeiros, devem ser tomadas com cautela, visto que a maioria dos estudantes que os aplicou está na 4ª fase de seus respectivos cursos e ainda não possui habilidades e experiência – profissional, técnica e de pesquisador – para contornar e buscar detalhamentos a possíveis vieses encontrados nas respostas.

A tabulação dos dados extraídos dos 64 questionários foi realizada com apoio do software Sphinx. A sistematização, o processamento dos dados coletados e a elaboração deste estudo foram realizados pelas equipes do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) e do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf), vinculados ao CCA/UFSC e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). A redação final da análise contou também com contribuições de professores que participam da disciplina VAF e de estudantes do PGA/UFSC.

2 Contextualização do Município

O município catarinense de Concórdia foi instalado em 1934. Em 2013 contava com uma área de 799,879 km² e uma população estimada de 72.073 habitantes (IBGE, 2014), o que resulta numa densidade demográfica de 90,1 hab./Km². A Figura 1 apresenta a localização geográfica do município, que se encontra na mesorregião Oeste do estado e na microrregião do Alto Uruguai (PORTAL DO CIDADÃO, 2014).

Figura 1: Localização de Concórdia - SC



Fonte: Wikipédia (2015).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Concórdia é 0,800, o que indica que está situado na faixa de Desenvolvimento Humano considerada muito alta (IDHM entre 0,8 e 1,0). Entre 2000 e 2010, a dimensão do IDHM que mais cresceu em



termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,169), seguida pela renda e pela longevidade. Em relação aos 293 municípios de Santa Catarina, Concórdia ocupa a 11ª posição nesse ranking (PROGRAMA..., 2014).

Em 2010, quando a população de Concórdia contabilizava 68.621 pessoas, os residentes no meio rural somavam 13.756 pessoas e os urbanos 54.865 (IBGE, 2014). Isso representa que um quinto da sua população vivia no campo. Entre 2000 e 2012, a contribuição do setor agropecuário no Produto Interno Bruto (PIB) municipal aumentou de 54.993.000 reais para 79.616.000 reais. Porém, o PIB geral do município teve um aumento muito mais significativo, saltando de 714.102.000 reais para 2.416.217.000,00 reais. O PIB per capita municipal referente ao ano de 2012 encontra-se acima do valor constatado no estado e no país no mesmo ano, evidenciando um dinamismo econômico acima da média estadual e nacional (ver Tabela 1).

Tabela 1: Participação dos setores da economia no Produto Interno Bruto (PIB) municipal de Concórdia - SC (2012)

Item	Valor R\$
PIB a preços correntes	2.416.217.000,00
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	79.616.000,00
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	524.894.000,00
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	1.484.218.000,00
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	327.484.000,00
PIB municipal per capita a preços correntes	34.784,75
PIB estadual per capita a preços correntes	27.771,85
PIB nacional per capita a preços correntes	22.624,40

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); Deepask (2015). Adaptado pelos autores.

Os dados demográficos sinalizam que a maior parte da população de Concórdia já se concentra na zona urbana e a importância financeira do setor primário está diminuindo em termos proporcionais. Isso não significa, no entanto, que a economia do município deixou de ser respaldada por atividades relacionadas ao setor agropecuário.

Segundo dados do último Censo Agropecuário (2006), as principais produções agropecuárias do município são provenientes da lavoura temporária, da lavoura permanente, da pecuária, da extração vegetal e da silvicultura (IBGE, 2006, 2014). As



informações sobre os principais produtos de origem vegetal produzidos no município estão especificados na Tabela 2.

Tabela 2: Principais alimentos vegetais produzidos em Concórdia - SC em 2006

Produção	Produto	Nº estabelec. agropecuários	Quantidade (toneladas/ano)	Valor (R\$)
Lavouras temporárias	Trigo em grão	34	242	91.000,00
	Soja em grão	19	441	191.000,00
	Milho em grão	2.446	35.552	9.073.000,00
	Mandioca	1.268	5.841	2.062.000,00
	Feijão de cor em grão	152	52	45.000,00
	Cana-de-açúcar	264	3.780	446.000,00
Lavouras permanentes	Banana	28	20	16.000,00
	Laranja	307	3.504	2.287.000,00
Extração vegetal	Erva-mate cancheada	-	296	133.000,00
	Pinhão	-	8	15.000,00

Fonte: Adaptado de IBGE (2006) e IBGE (2014).

Em relação à extração vegetal, são produzidos 18.210 m³ de lenha, avaliada em R\$ 911 mil, e 6.500 m³ de madeira em tora, cujo valor da produção é R\$ 180 mil. Já a silvicultura produz 84.988 m³ de lenha, que é avaliada em R\$ 4.249 mil; 65.000 m³ de madeira em tora e a mesma produção de madeira em tora para outras finalidades, ambas avaliadas em R\$ 4.225 mil (IBGE, 2014).

Dados do IBGE (2006) demonstram que na produção pecuária os três maiores rebanhos do município são de: aves, com 5.071 mil cabeças distribuídas em 2.112 estabelecimentos, das quais a maioria é destinada ao abate; suínos com 398.433 cabeças em 1.797 estabelecimentos agropecuários; e bovinos, com 51.400 cabeças em 2.637 estabelecimentos.

Em 2006, a estrutura fundiária rural do município contava com 3.093 estabelecimentos agropecuários. Desses, 95,2% possuíam áreas inferiores a 50 ha, superando a situação verificada no estado, que registrou 88,3% dos estabelecimentos nesse estrato de área

(Tabela 3). Os estabelecimentos do estrato inferior (<10 ha) totalizam 29,4% no município e 35,8% no estado, o que revela uma menor incidência de minifúndios no município em relação ao estado.

Tabela 3: Número de estabelecimentos rurais por classe de área – Santa Catarina e Concórdia (2006)

Estratos (ha)	Santa Catarina		Concórdia	
	Nº	%	Nº	%
0<10	69 390	35,8	911	29,8
10<20	56 411	29,1	1155	37,7
20<50	45 310	23,4	847	27,7
50<100	10 723	5,5	130	4,2
100<500	6 513	3,4	20	0,6
500<1000	743	0,4	-	-
1000<2500	344	0,2	-	-
>2500	107	0,1	-	-
PSA*	4 122	2,1	30	-
Total	193 663	100	3093	100

*PSA = Produtor Sem Área. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

No que se refere à condição do produtor, a Tabela 3 revela que os agricultores proprietários em Concórdia equivalem a 94,8%, contra 88,3% existentes em Santa Catarina. Nas categorias de agricultores não proprietários, o estado registra 11,7% e município 5,2%, com destaque para os casos de ocupantes (2,4%), arrendatários (1,3%) e Produtor Sem Área (PSA - 1%). Essa última categoria foi uma inovação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último Censo Agropecuário para referenciar as situações de famílias de agricultores que se encontravam sem área para cultivo no momento da coleta de dados, mas que declararam ter realizado alguma exploração agropecuária no ano censitário. Por fim, cabe destacar que os 64 estabelecimentos que participaram da VAF representam 2,1% do total de estabelecimentos do município.



Tabela 4: Número de estabelecimentos rurais segundo a condição do produtor – Santa Catarina e Concórdia (2006)

Condição do Produtor	Santa Catarina		Concórdia	
	Nº	%	Nº	%
Proprietário	170 908	88,3	2932	94,8
Assentado	2 651	1,4	4	0,1
Arrendatário	7 085	3,6	40	1,3
Parceiro	2 151	1,1	11	0,4
Ocupante	6 746	3,5	76	2,4
PSA*	4 122	2,1	30	1
Total	193 663	100	3093	100

*PSA = Produtor Sem Área. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.



3 Principais Resultados da Sistematização dos Questionários

É importante tecer alguns comentários iniciais sobre o tratamento dado pelos autores às informações coletadas na pesquisa de campo. Para facilitar a sistematização, interpretação e divulgação, as perguntas do questionário estão agrupadas em seis temas, a saber: a) Perfil social da família do entrevistado; b) Características do estabelecimento agrícola; c) Relações de trabalho entre agricultores e inserção sociopolítica; d) Produção agropecuária e as relações de venda e de consumo; e) Conhecimento e acesso às políticas públicas; f) Relações profissionais, ambientais e perspectivas futuras.

O total de respondentes para cada questão nem sempre corresponde ao total de 64 agricultores que participaram da VAF em Concórdia. A principal razão para essa redução no número total encontra-se no fato de que alguns entrevistados preferiram não responder a determinadas questões.

Grande parte das questões formuladas no questionário é do tipo fechado, isto é, permite apenas que o entrevistado selecione uma resposta (simples escolha) ou várias (múltipla escolha), as quais se encontram previamente indicadas. Devido à existência das duas possibilidades de respostas para as questões fechadas (simples ou múltipla escolha), as informações prestadas pelos gráficos inseridos ao longo deste trabalho também são apresentadas de maneiras distintas. As perguntas com apenas uma opção de resposta têm, obviamente, um total de respostas idêntico ao número de entrevistados respondentes da questão. Para as questões de múltipla escolha optou-se em calcular o percentual de cada resposta, tomando por base o número total de agricultores que respondeu a questão e não o número total de repostas dadas a ela. Desse modo, tanto os dados numéricos e percentuais dos gráficos como suas representações visuais retratam essa distribuição. Destaca-se, ainda, que os comentários apresentados no texto ressaltam essas particularidades referentes a cada questão. Acredita-se que essa forma de retratar as questões oferece maior precisão e flexibilidade na análise, enriquecendo o conteúdo das informações proporcionado pelo questionário.

3.1 Perfil Social da Família

Em 95,3% dos 64 estabelecimentos visitados, a figura masculina é apontada como responsável pelo empreendimento familiar, enquanto que essa responsabilidade somente

é da mulher em 4,7% dos estabelecimentos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Responsável pelo estabelecimento rural familiar



Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes da disciplina de Vivência em Agricultura Familiar do 1º semestre do ano 2014, dos cursos de Agronomia e Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina¹.

Sabe-se também que as atividades realizadas por mulheres no contexto da unidade familiar, muitas vezes, não são devidamente reconhecidas, pois estão frequentemente relacionadas ao trabalho doméstico e aos diversos cuidados referentes à educação, saúde e alimentação dos membros do grupo familiar. Além dessas atividades consideradas “invisíveis”, é comum as mulheres assumirem afazeres vinculados à “indústria caseira”, como o processamento de lácteos, de panifícios, de frutas e verduras, a confecção de artesanato, entre outros. Assim, apesar de o homem ser retratado como o “responsável pelo estabelecimento”, tal condição deve ser relativizada, pois na prática o sistema de gestão das unidades agrícolas familiares se revela complexo, visto que todos seus integrantes exercem algum tipo de função no interior desse sistema.

O Gráfico 2 evidencia que mais da metade dos entrevistados (59,4%) têm entre 40 e 55 anos de idade, sendo que 23,4% têm mais que 55 anos e 17,2% menos de 40 anos. Isso mostra que mais de 80% dos indivíduos entrevistados que exercem a função de chefe do estabelecimento estão com mais de 40 anos de idade, o que sugere uma tendência de envelhecimento dos responsáveis pelo estabelecimento rural.

Gráfico 2: Faixa etária dos(as) entrevistados(as)



Total de respostas: **64**.

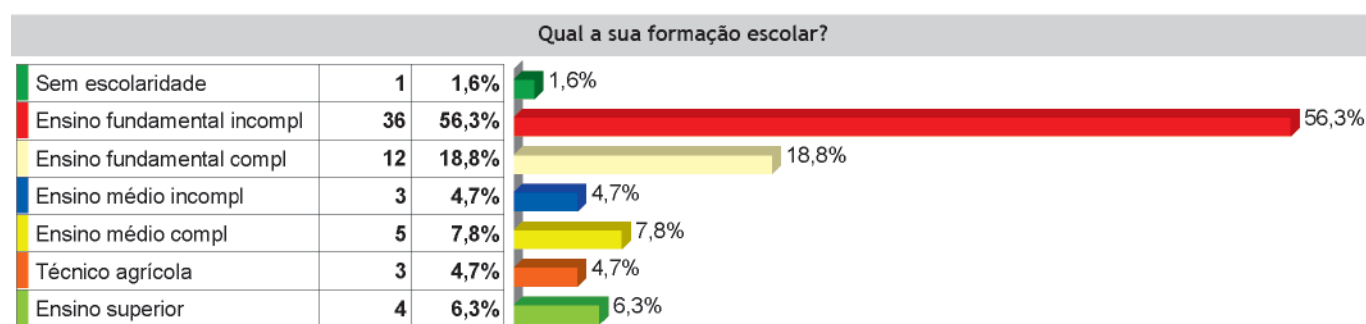
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

1 Nos gráficos subsequentes essa indicação da fonte será substituída pela expressão resumida: “Dados coletados pelos estudantes (2014)”.



A maioria dos entrevistados declarou ter algum grau de escolaridade, enquanto que apenas um entrevistado (1,6%) não tem escolaridade. Grande parte dos responsáveis pelo estabelecimento (75,1%) afirmou ter frequentado somente o ensino fundamental, mas 56,3% desse total não chegaram a concluir completamente esse nível de formação. O ensino médio foi frequentado por 12,5% dos entrevistados, dos quais 4,7% não o concluíram. Apenas 6,3% afirmaram ter formação superior e outros 4,7% declararam ter formação técnica agrícola (Gráfico 3).

Gráfico 3: Grau de escolaridade dos(as) entrevistados(as)



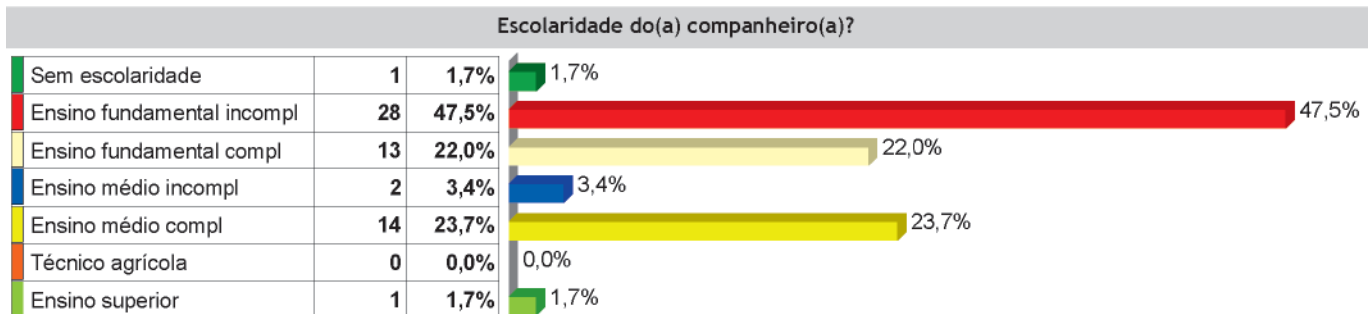
Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

O Gráfico 4 indica que a maioria (69,5%) dos que declararam ter companheiro/a possui cônjuges que ingressaram no ensino fundamental e que, deste total, 22% conseguiram concluí-lo. Em torno de 27,1% dos/as companheiros/as dos entrevistados frequentaram o ensino médio e um percentual significativo destes (87,5%) terminou esta faixa de estudos. Somente em dois casos se constatou, respectivamente, as situações de cônjuges com ensino superior e que não possui escolaridade. Chama atenção, ainda, que ninguém declarou ter cônjuges com formação técnica agrícola. Os dados agregados revelam que não se constata grandes diferenças de escolaridade formal entre chefes de estabelecimento e cônjuges, com exceção do ensino técnico agrícola e do ensino superior que são mais recorrentes entre os chefes de estabelecimentos (4,7% e 6,3% respectivamente) do que entre seus cônjuges (0% e 1,7% na mesma ordem).



Gráfico 4: Grau de escolaridade do(a) companheiro(a) dos(as) entrevistados(as)



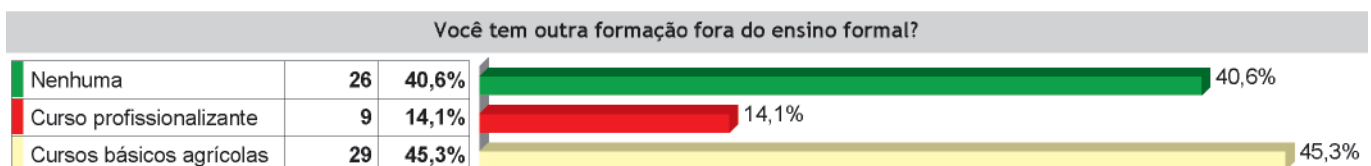
Total de respostas: **59**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Percebe-se em Concórdia a manutenção de um padrão histórico no qual se destaca a permanência de pessoas de escolaridade inferior nas atividades rurais. Isto traz à tona um desafio adicional, não somente para essas pessoas como também a extensionistas rurais e demais profissionais de desenvolvimento rural, visto que a permanência dos agricultores nas atividades do campo exigirá crescentes esforços de formação técnica de um público com baixa formação educacional formal, com destaque para o tema da gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Dos 64 entrevistados que responderam a questão a respeito da formação complementar, 14,1% afirmaram que fizeram cursos profissionalizantes, 45,3% cursos básicos agrícolas e 40,6% não possuíam outra formação (Gráfico 5). Observa-se que, apesar da pouca escolaridade formal, há interesse no aprendizado e na renovação/aprimoramento do conhecimento por parte da maioria dos entrevistados, visto que 59,3% declararam que fizeram algum tipo de curso não formal. Esse é um indicador positivo que sugere um grau significativo de envolvimento dos agricultores de ambos os sexos em ações educativas e de formação.

Gráfico 5: Formação complementar ao ensino formal



Total de respostas: **64**.

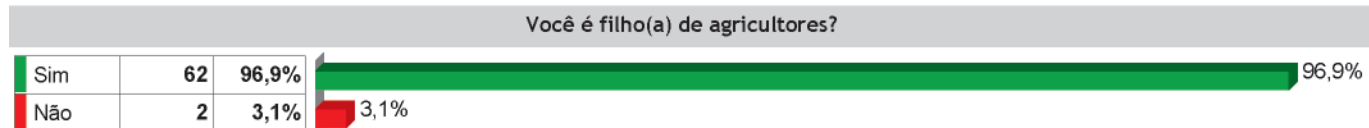
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Em relação à origem familiar, quase a totalidade dos entrevistados (96,9%) descende de pais agricultores, enquanto somente 3,1% declararam não possuir essa relação (Gráfico



6). Isso revela a forte tradição das famílias rurais em repassar seu patrimônio econômico e cultural a seus descendentes e, conseqüentemente, em influenciar a profissão de seus filhos de ambos os sexos.

Gráfico 6: Origem dos(as) entrevistados(as)

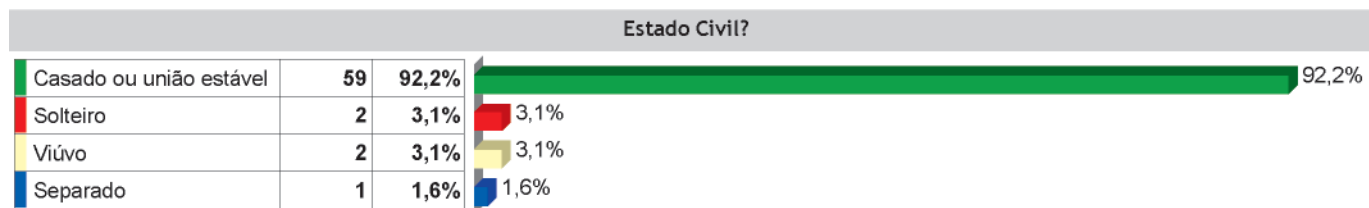


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Em relação ao estado civil, 92,2% dos entrevistados são casados ou vivem em regime de união estável, 3,1% são viúvos, os solteiros compreendem 3,1% dos entrevistados e apenas 1,6% se declarou separado (Gráfico 7).

Gráfico 7: Estado civil dos(as) entrevistados(as)

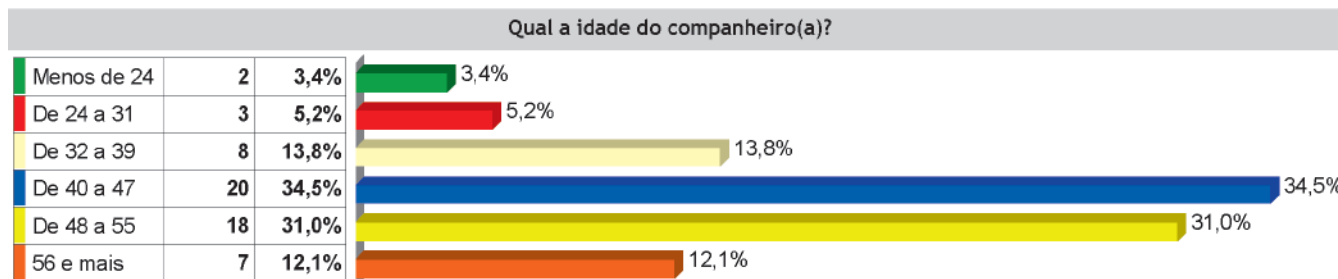


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Corroborando com os dados apresentados acima, 58 pessoas que estão na condição de casados ou em união estável responderam sobre a idade dos/as companheiros/as. Desses entrevistados 22,4% disseram que os cônjuges possuem menos de 40 anos, 65,5% têm idade entre 40 e 55 anos e 12,1% possuem mais de 56 anos (Gráfico 8).

Gráfico 8: Faixa etária do(a) companheiro(a)



Total de respostas: **58**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Estes dados mostram que, em comparação aos percentuais apresentados no Gráfico 2, no qual 76,6% dos chefes de estabelecimento têm até 55 anos, há uma diferença significativa quando se referem aos cônjuges, pois este percentual sobe para quase 90% dos entrevistados. Ou seja, apesar da tendência de envelhecimento dos gestores dos estabelecimentos familiares, há um grande percentual de cônjuges que possui menos de 55 anos que, dependendo das estratégias ligadas à sucessão dos estabelecimentos, poderia minimizar a problemática da falta de sucessor². No entanto, é importante considerar que a sucessão familiar não depende exclusivamente da idade, do gestor ou de sua esposa, ou do envelhecimento destes, mas também da existência de filhos/filhas na propriedade ou fora dela que potencialmente reúnam as condições para sucederem os seus pais. Além de políticas públicas efetivas e adequadas para a instalação ou mesmo o retorno de jovens ao meio rural, o processo sucessório envolve também a preparação e formação de um novo sucessor(a), o desejo dos jovens em permanecer na propriedade, o apoio da família e do poder público, etc.

3.2 Principais Características dos Estabelecimentos Agrícolas

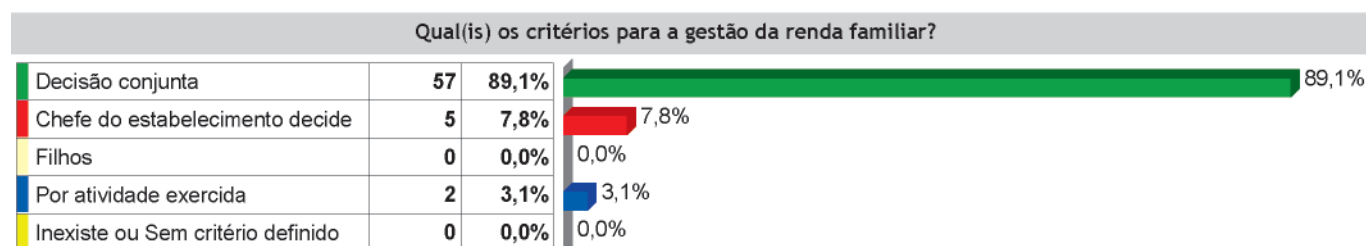
O Gráfico 9 indica que, dos 64 entrevistados que responderam a esta questão, 89,1% declararam ter gestão da renda familiar conjunta. Em apenas 7,8% dos casos, a decisão é do chefe do estabelecimento e em 3,1% foi declarado que o critério se dá por atividade exercida. A gestão conjunta é indicada em menção às conversas familiares e reflexões sobre as decisões, as quais têm lugar nos principais momentos de encontro da família, especialmente em torno das refeições.

Além disso, nenhum dos entrevistados respondeu que os filhos são os tomadores de decisão acerca da gestão da renda familiar. No entanto, essa última constatação deve ser ponderada, pois quase sempre a gestão da renda familiar por parte de um dos

² Esse tema será novamente abordado mais adiante, nas análises referentes ao Gráfico 21.

filhos está relacionada ao fato de este estar sendo preparado para assumir futuramente a função de chefe do estabelecimento. Ainda, há casos em que o filho já é responsável pelo estabelecimento, mas vive junto com os pais aposentados, que continuam residindo e trabalhando na unidade de produção familiar.

Gráfico 9: Critérios para gestão da renda familiar

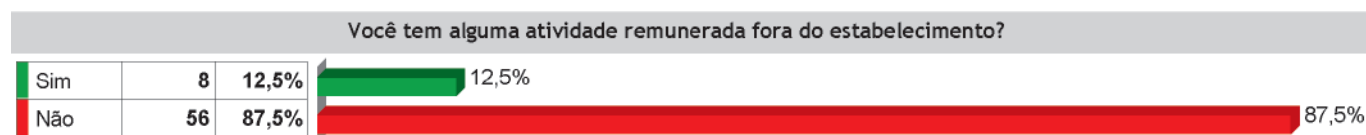


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Em relação ao exercício de trabalho remunerado fora do estabelecimento, mas que mantém algum vínculo produtivo ou de gestão com as atividades agropecuárias (pluriatividade³), 12,5% dos entrevistados afirmaram que eles próprios desenvolvem alguma atuação desse tipo. Isso evidencia que a agropecuária exercida dentro do próprio estabelecimento rural é ainda a principal atividade na maioria dos casos, pois 87,5% dos chefes de estabelecimentos são monoativos⁴. Por outro lado, a pluriatividade atinge 26,6% dos estabelecimentos, quando se consideram as atividades remuneradas exercidas por outros membros do grupo familiar, sendo 1,6% no estabelecimento, 20,3% fora dele e 4,7% dentro e fora do estabelecimento.

Gráfico 10: Quantidade de agricultores(as) com outras fontes de renda além do estabelecimento rural (pluriatividade)



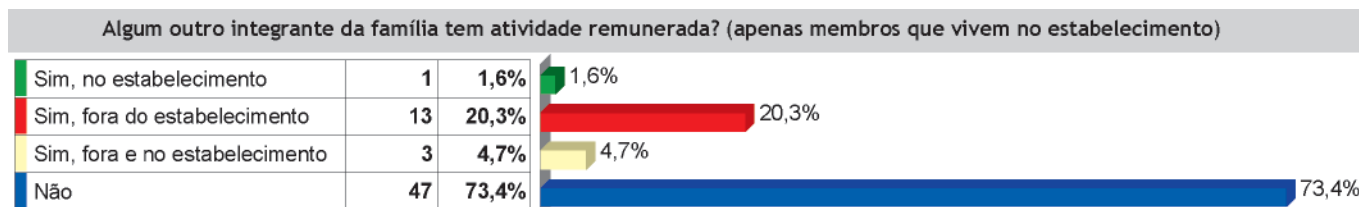
Total de respostas: **65**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

³ Neste contexto, a pluriatividade pode ser entendida como a realização de atividades não agrícolas fora ou dentro do estabelecimento, e de prestação de serviços ou assalariamento agrícola fora do estabelecimento, conduzidas por um ou mais membros de uma família residente no meio rural.

⁴ As famílias monoativas se caracterizam pela exclusividade do trabalho agrícola no interior da propriedade na qual residem.

Gráfico 11: Outros integrantes da família com atividade remunerada além da agricultura



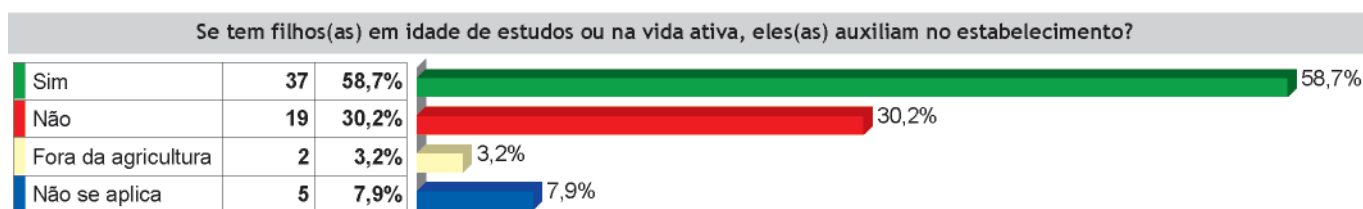
Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Essas informações conjuntas (indicadas pelo Gráfico 10 e pelo Gráfico 11) revelam que a pluriatividade não pode ser ignorada no município, devendo ser mais estudada e considerada nas ações de desenvolvimento rural.

Em relação aos filhos em idade escolar, 58,7% disseram que seus descendentes auxiliam nos trabalhos do estabelecimento, 30,2% afirmaram que os filhos não realizam nenhum tipo de ajuda no estabelecimento, 3,2% que os filhos auxiliam em atividades fora da agricultura e 7,9% declararam não possuir filho em idade escolar (Gráfico 12).

Gráfico 12: Filhos(as) envolvidos(as) nas atividades dos pais dentro do estabelecimento rural



Total de respostas: **63**.

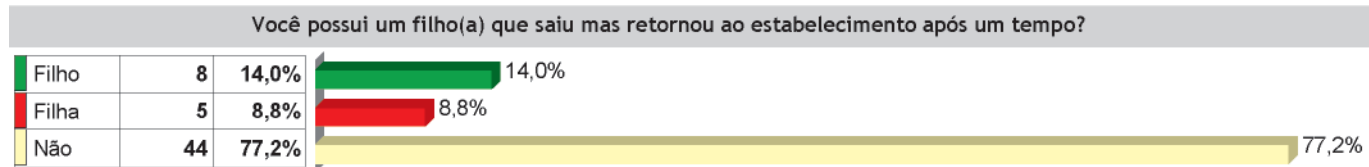
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Sobre o retorno de filhos que temporariamente saíram dos estabelecimentos por razões diversas, o Gráfico 13 revela que, do total de 57 respostas, 14% dos casos possuem filho homem que saiu do estabelecimento, mas depois retornou, e 8,8% tiveram filha nessa situação. Ou seja, 77,2% dos entrevistados que responderam a essa questão não manifestaram registro de retorno dessa natureza ou não possuem descendentes que tenham saído de casa. Ainda assim, o retorno de um filho/a concerne aproximadamente um quinto dos casos que responderam a questão, indicando que nem todas as saídas são definitivas e que, dependendo da situação socioeconômica encontrada no meio urbano e da maior ou menor incidência de políticas públicas para a agricultura, a volta para a unidade agrícola familiar pode ser uma alternativa para uma parcela não negligenciável



de jovens. Diversos estudos demonstram que um filho que deixa por um período o meio rural para experimentar a vida urbana, quando retorna, quase sempre, aporta novas ideias, transformando-se em um agente inovador no campo.

Gráfico 13: Retorno de algum(a) filho ou filha ao estabelecimento rural

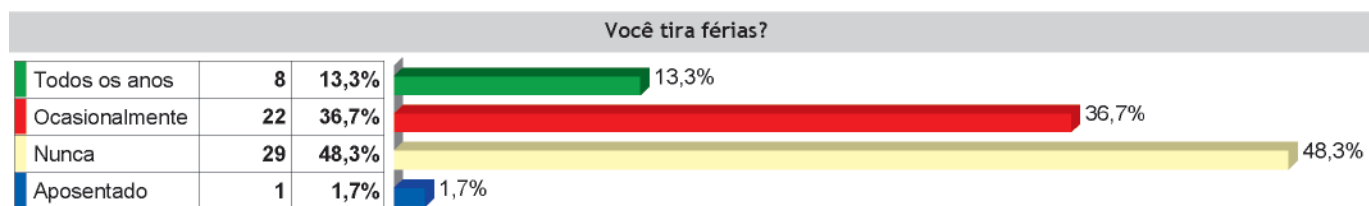


Total de respostas: **57**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

De acordo com Gráfico 14, quase a metade (48,3%) das famílias entrevistadas nunca tira férias. Embora o questionário não permita o acesso a informações mais detalhadas a esse respeito, com esse cenário é possível imaginar que a carga de trabalho no campo continua muito intensa, fato que, combinado com a existência de famílias cada vez menores, dificulta ou impossibilita o afastamento dos agricultores de seus estabelecimentos. Provavelmente, aqueles que declararam que tiram férias todos os anos, e mesmo os que o fazem ocasionalmente, são os que possuem membro da família ou pessoa de confiança que possa realizar as atividades essenciais do estabelecimento enquanto estão ausentes.

Gráfico 14: Entrevistados(as) que tiram férias



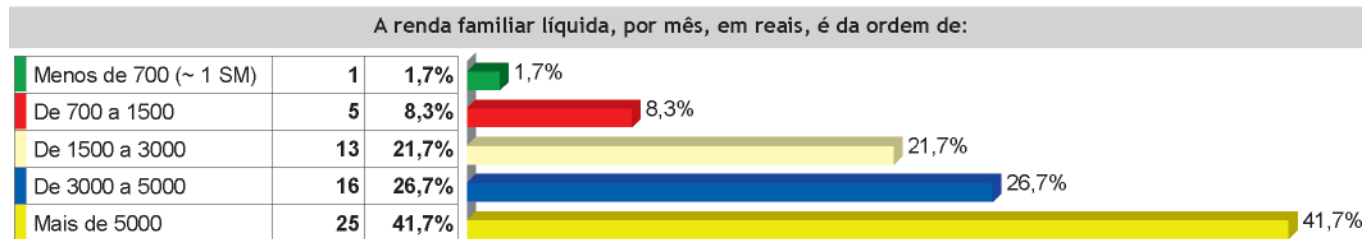
Total de respostas: **60**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Sobre a renda familiar líquida mensal (Gráfico 15), observa-se que um significativo número de entrevistados (90,1%) possui uma renda líquida superior a R\$ 1.500,00/mês. Apenas uma família possui renda mensal inferior a um salário mínimo. Merece destaque que 68,4% dos respondentes possuem renda familiar superior a R\$ 3.000,00, o que demonstra o elevado padrão produtivo e de renda na região.



Gráfico 15: Renda líquida mensal da família

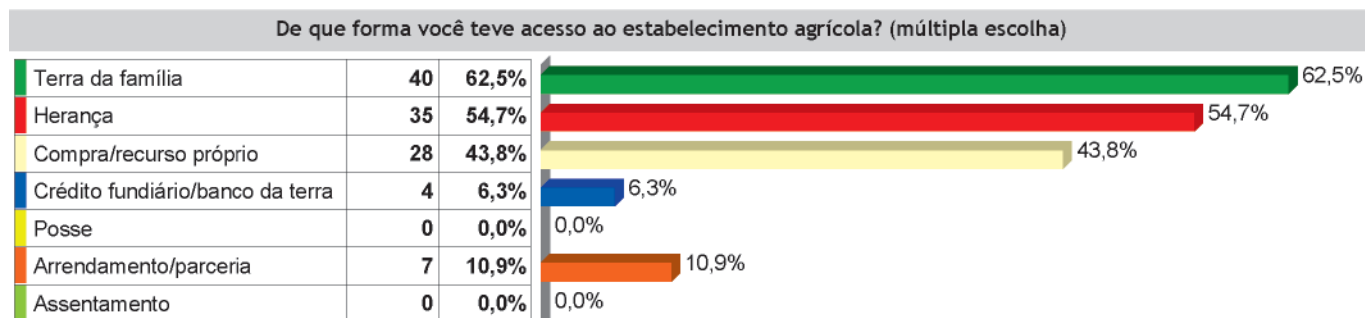


Total de respostas: **60**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Como já explicado anteriormente, o questionário possibilita aos entrevistados assinalar mais de uma resposta para algumas questões. Esse é o caso da pergunta a respeito da forma de aquisição do estabelecimento (Gráfico 16). Isso explica o registro de 114 respostas na primeira coluna deste gráfico, ou seja, em função da múltipla escolha, a somatória das opções excede o número de entrevistados. Já em relação aos dados da segunda coluna e à respectiva representação em barras no mesmo gráfico, optou-se por calculá-los com base no total de agricultores respondentes da questão (64). Desse modo, a maioria dos entrevistados (54,7%) revela que todo o estabelecimento, ou parte dele, foi herdado; 43,8% disseram que o total ou parte do estabelecimento agrícola foi comprado; 62,5% indicaram que possuem terra pertencente à família, o que sugere que esse patrimônio não passou ainda pelo processo de partilha; a obtenção de terra com apoio do crédito fundiário (quatro casos) e por arrendamento/parceria (sete casos) totalizam onze respostas; e, em nenhum dos casos, o acesso à terra foi resultado de assentamento ou de posse.

Gráfico 16: Forma de aquisição do estabelecimento (múltipla escolha)*



Total de respostas: **114**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas também estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

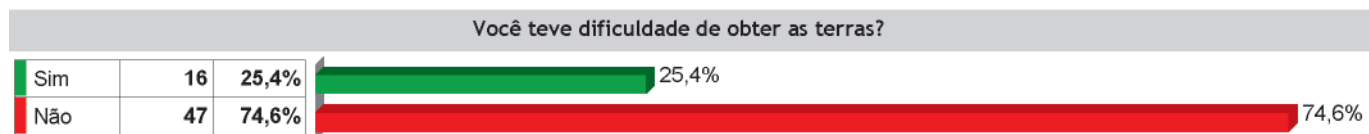
Em seu conjunto, os dados revelam que, geralmente, a família tem um papel importante no processo de acesso à terra, seja por meio da herança, de empréstimo ou cedência que não



passou pelo processo de partilha, seja ainda por esses dois mecanismos simultaneamente. Essas duas opções representam 75 das 114 respostas dadas pelos entrevistados.

Para adquirir a terra, do total de 63 respostas, 74,6% afirmaram a ausência de problemas durante a aquisição e 25,4% dos entrevistados relatou algum grau de dificuldade nesse sentido (Gráfico 17). É provável que haja uma correlação entre a terra ser da família e a não dificuldade em obtê-la, como indicado anteriormente.

Gráfico 17: Dificuldade para obtenção da terra

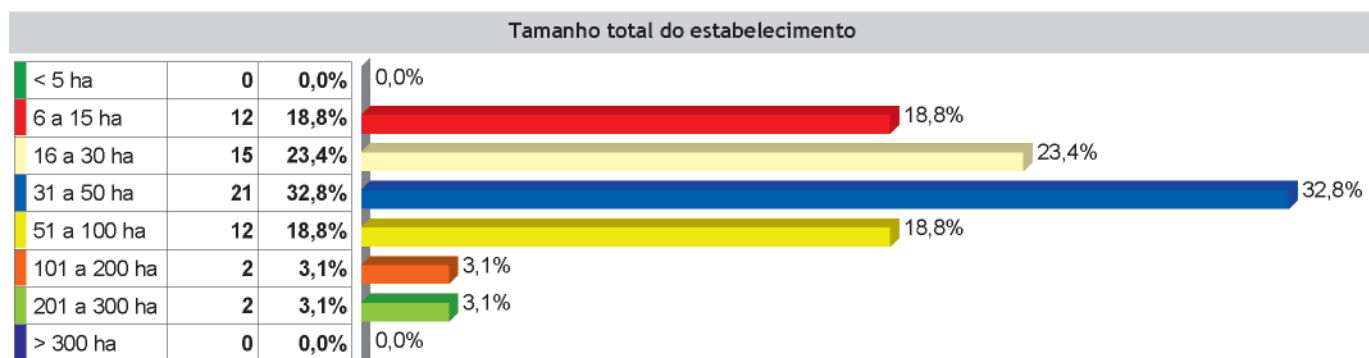


Total de respostas: 63.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Com relação ao tamanho da área, o Gráfico 18 demonstra que 75% dos agricultores entrevistados possuem estabelecimentos de até 50 ha. Verifica-se, portanto, que as famílias selecionadas para receberem os estudantes da VAF diferem um pouco do perfil geral do município levantado pelo Censo de 2006. Como já visualizado na Tabela 3, naquele ano, mais de 95% dos estabelecimentos rurais de Concórdia possuíam áreas inferiores a 50 ha.

Gráfico 18: Tamanho total do estabelecimento



Total de respostas: 64.

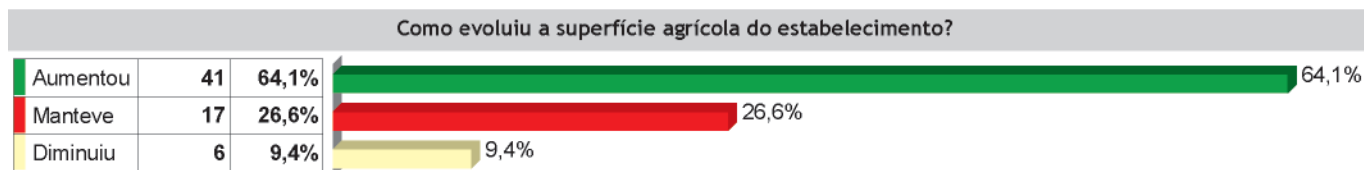
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

O Gráfico 19 indica que quase dois terços (64,1%) dos entrevistados declararam que a área dos seus estabelecimentos aumentou de tamanho ao longo do tempo, enquanto que 26,6% disseram que a terra mantém o seu tamanho inicial e em apenas 9,4% dos casos houve diminuição. Embora estes dados não possam ser generalizados para todo o município, eles indicam que nas famílias entrevistadas participantes da Vivência existe



uma condição socioeconômica que se diferencia da realidade da agricultura familiar de Santa Catarina e do Brasil, onde se constata grandes dificuldades para a manutenção de suas áreas ou mesmo de acesso à terra.

Gráfico 19: Evolução do tamanho do estabelecimento rural

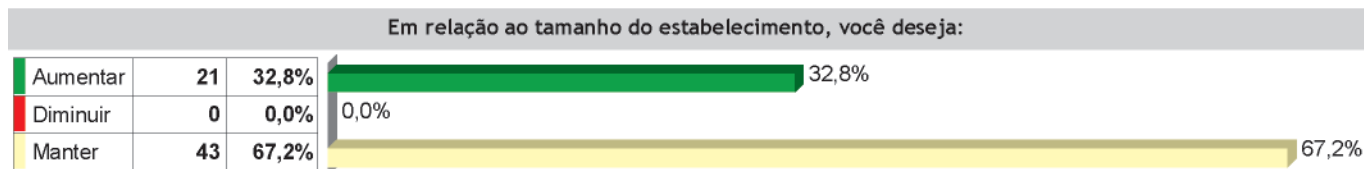


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Além disso, nenhum dos entrevistados manifestou o desejo de diminuir o tamanho de seu estabelecimento, 67,2% mencionaram que estão satisfeitos com o seu tamanho e 32,8% que têm a intenção de aumentá-lo (Gráfico 20).

Gráfico 20: Desejo em relação ao tamanho atual do estabelecimento rural



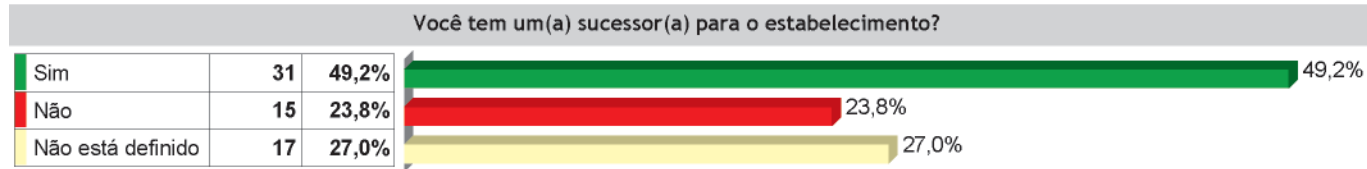
Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Em relação à sucessão do estabelecimento familiar, das 63 respostas, 49,2% indicam que há um sucessor que assumirá a gestão do estabelecimento após o atual chefe cessar suas atividades. Em contrapartida, 23,8% afirmaram que não dispõem de um sucessor. Outros 27% responderam que ainda não está definida a questão da sucessão do estabelecimento (Gráfico 21). Esse quadro revela que, do total de famílias estudadas, aproximadamente 1/4 não possui sucessor(a), podendo se constituir num problema para o gerenciamento e para os investimentos necessários nessas propriedades num futuro próximo, pois várias pesquisas feitas na Região Oeste indicam uma tendência de se frear novos investimentos produtivos, além de um certo desestímulo, naquelas propriedades que não possuem mais sucessores. Preocupa também a indefinição existente em 27% das famílias, diante da tendência ainda existente de saída de jovens, sobretudo do sexo feminino, motivada por um conjunto complexo de fatores internos e externos à propriedade familiar. Além disso, o fato de se protelar esta decisão acaba dificultando a formação profissional adequada de uma nova geração de agricultor(a) familiar.



Gráfico 21: Sucessor(a) para o estabelecimento rural

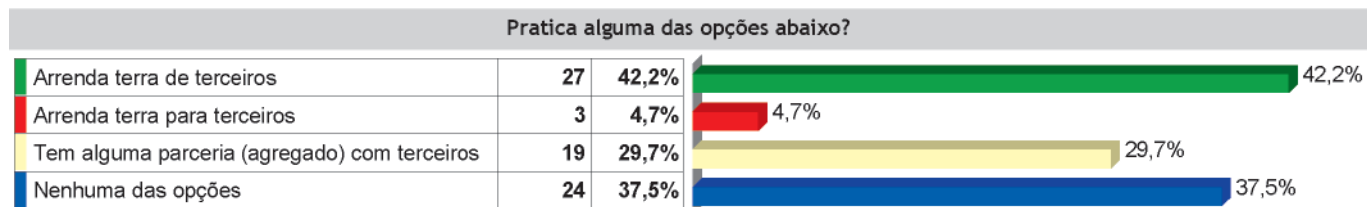


Total de respostas: **63**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

A pergunta relacionada ao arrendamento de terras e parcerias também possibilita responder a mais de uma alternativa. O total de 73 respostas indica a presença de múltiplas situações neste quesito. Apenas 4,7% arrenda parte das suas terras para terceiros. E se, por um lado, 37,5% dos respondentes não recorre a nenhuma dessas práticas (Gráfico 22), por outro, 29,7% afirmam ter terras como resultado de algum tipo de parceria e 42,2% devido ao arrendamento de áreas de terceiros. Esses dois últimos números estão coerentes com o desejo de aumentar o tamanho do estabelecimento, conforme abordado anteriormente.

Gráfico 22: Arrendamento de terra e parcerias com terceiros (múltipla escolha)*



Total de respostas: **73**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

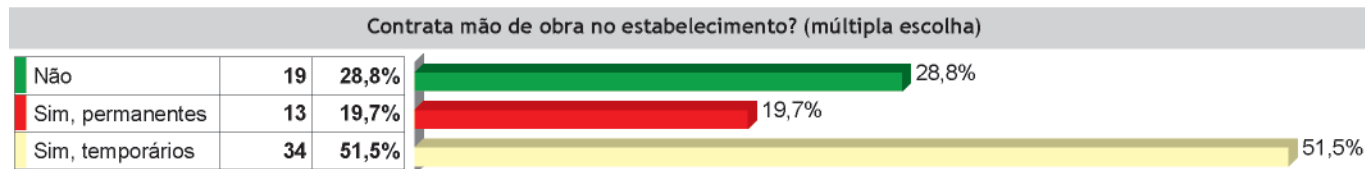
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

3.3 Relações de Trabalho e Inserção Sociopolítica

Sobre a contratação de mão de obra para auxílio nos trabalhos, os dados indicam que em 28,8% dos estabelecimentos não existe esse tipo de apoio, e em um número significativo de estabelecimentos (71,2%) contrata-se mão de obra, sendo que em 51,5% dos casos essa contratação é sazonal (Gráfico 23). Esse elevado número de casos que contratam mão de obra está relacionado, provavelmente, à forte incidência de atividades pecuárias ligadas à avicultura, suinocultura e produção de leite. Essas atividades, além de requerer muito trabalho, são regidas por relações de mercados competitivos, o que possibilita, mesmo que com baixos salários, a contratação de assalariados.



Gráfico 23: Contratação de mão de obra no estabelecimento (múltipla escolha)*



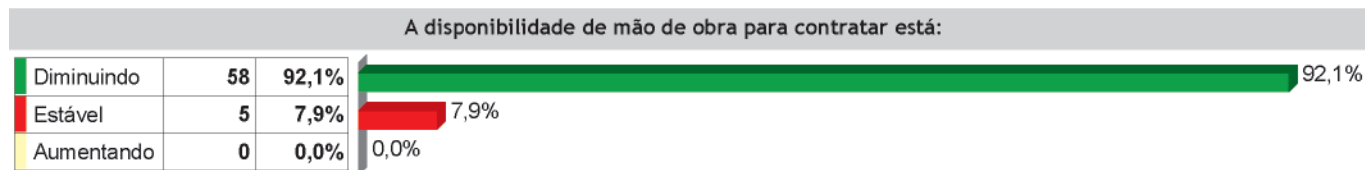
Total de respostas: **66**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Dentro deste tema também é importante registrar um fenômeno recorrente em várias regiões de Santa Catarina: as dificuldades de contratação de trabalhadores rurais. No que se refere à questão sobre disponibilidade de mão de obra para a contratação, do total de 63 respostas, a grande maioria dos entrevistados (92,1%) afirmou que a mão de obra disponível está diminuindo na região (Gráfico 24). Este é um importante indicador que pode afetar negativamente a reprodução social da agricultura familiar. A falta de mão de obra acaba sendo também um obstáculo para a condução dos sistemas de produção ligados às cadeias de aves e suínos, típicas da região. Sabe-se que as grandes agroindústrias têm recorrido sistematicamente à automação dos processos como estratégia de suplantar essa dificuldade e reduzir os custos de produção.

Gráfico 24: Disponibilidade de mão de obra para contratação



Total de respostas: **63**.

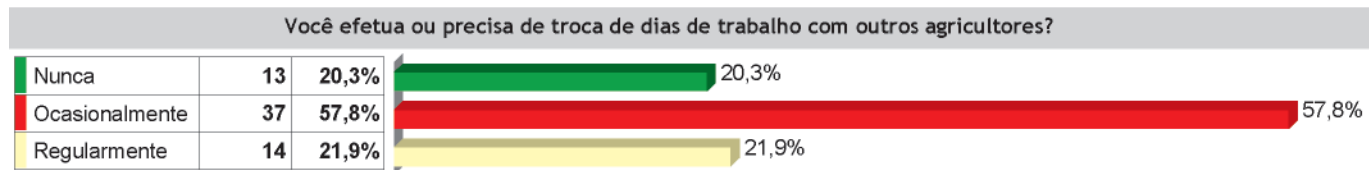
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Em relação à troca de dias de trabalho com outros agricultores, pode-se verificar no Gráfico 25 que 20,3% dos entrevistados nunca recorrem a essa prática; 57,8% o fazem ocasionalmente e 21,9% trocam dias de trabalho regularmente. A soma das trocas ocasionais e as regulares (79,7%) revela que esta prática, muito comum entre agricultores familiares do passado, permanece viva na região. A carência de força de trabalho contratada e a redução do tamanho dos grupos familiares ajudam a explicar a importância e retomada de práticas de ajuda mútua, que ocorrem especialmente em determinadas fases do processo produtivo que demandam mais trabalho. A ação solidária e a ajuda mútua são importantes fatores de diferenciação entre a lógica da agricultura familiar tradicional e aquela mais modernizada, como a encontrada nos grandes estabelecimentos integrados ao agronegócio



industrial. Nesta última o trabalho é incorporado como insumo vinculado estritamente à eficiência de produção, enquanto que na primeira lógica o trabalho cooperado é resultado do fortalecimento das relações sociais estabelecidas, pois mantém vivo o tecido social que dá sustentação e garante a reprodução da agricultura familiar.

Gráfico 25: Troca de dias de trabalho com outros agricultores

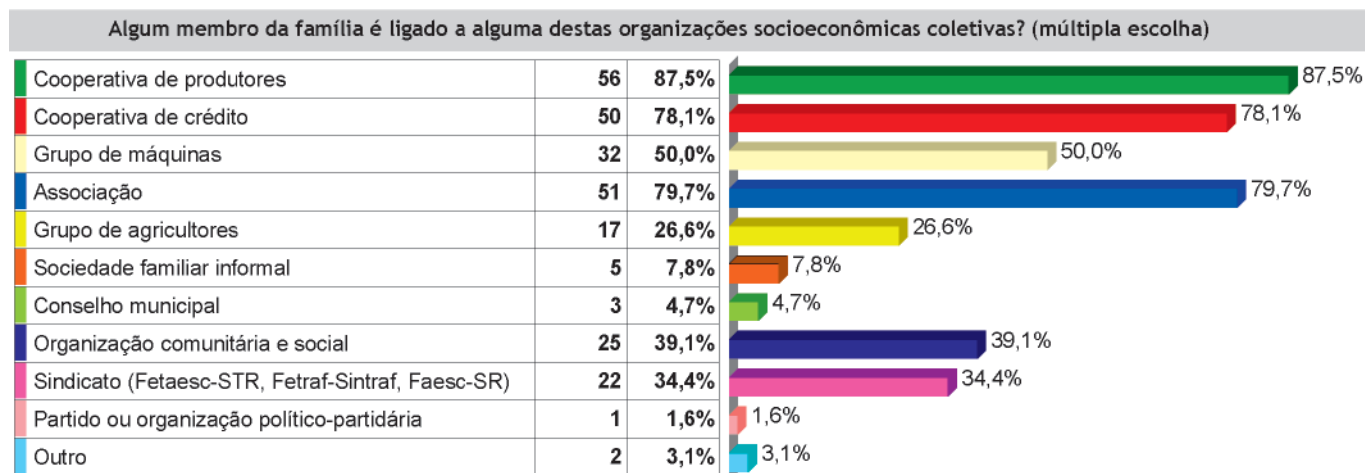


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

O questionário contemplou uma pergunta relacionada à participação de membros da família em organizações coletivas. Esta questão também possibilitou múltiplas respostas (Gráfico 26). No total, os entrevistados forneceram 264 respostas. O gráfico indica, também, os percentuais de cada variável conforme o universo amostral de entrevistados respondentes. Dos 64 entrevistados, 87,5% mencionaram a participação de algum membro da família em cooperativas de produtores rurais, 79,7% disseram que participam de associações e 50% de grupos de máquinas. Também há uma participação expressiva em cooperativas de crédito (78,1%). Além disso, merece destaque o envolvimento em grupos de agricultores (26,6%) e em organizações do tipo comunitária e social (39,1%). Chama atenção, entretanto, o baixo destaque dado aos sindicatos (pouco mais de um terço das respostas). Acredita-se que essa informação precisa de maiores confirmações, pois, empiricamente, sabe-se que a filiação formal dos agricultores da região aos sindicatos é muito grande, principalmente em função das questões previdenciárias e das políticas públicas ligadas à agricultura familiar que demandam a intermediação formal ou informal dos sindicatos. De qualquer modo, esse quadro de respostas evidencia uma vida sociopolítica relativamente intensa dos agricultores, que certamente repercute na maior capacidade de reprodução social das unidades produtivas.

Gráfico 26: Participação de membros da família em organizações socioeconômicas coletivas (múltipla escolha)*



Total de respostas: **264**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

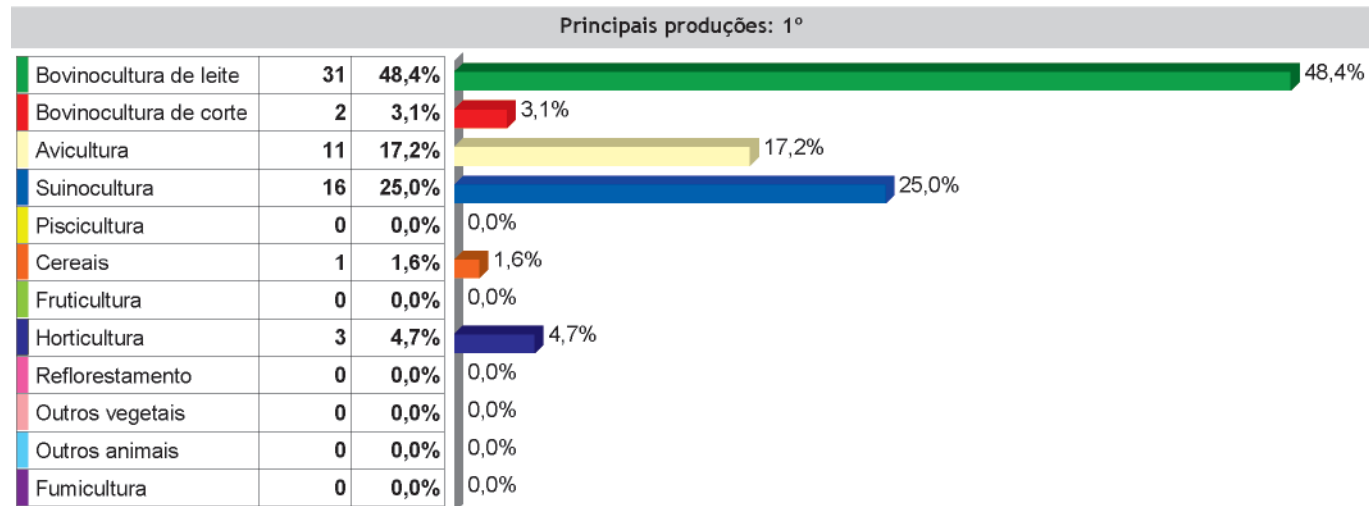
3.4 Produção Agropecuária, Autoabastecimento e Comercialização

Em relação às principais produções agropecuárias do estabelecimento, o questionário apresentou uma lista de possibilidades para que o entrevistado indicasse, em ordem de importância, as suas três principais produções. Como forma de facilitar a visualização desses dados, as respostas dadas foram divididas em três gráficos. Vale mencionar que a criação animal recebeu destaque nas três opções; entretanto, foi como primeira opção que apresentou maior evidência.

Dentre as atividades voltadas à criação animal, na primeira opção, foram mais expressivas: a bovinocultura de leite (48,4%), a suinocultura (25%) e a avicultura (17,2%); seguidas pela bovinocultura de corte (3,1%). A horticultura e o cultivo de cereais somaram 6,3% das respostas nessa opção (Gráfico 27).



Gráfico 27: Principais produções do estabelecimento agrícola (1ª Opção)

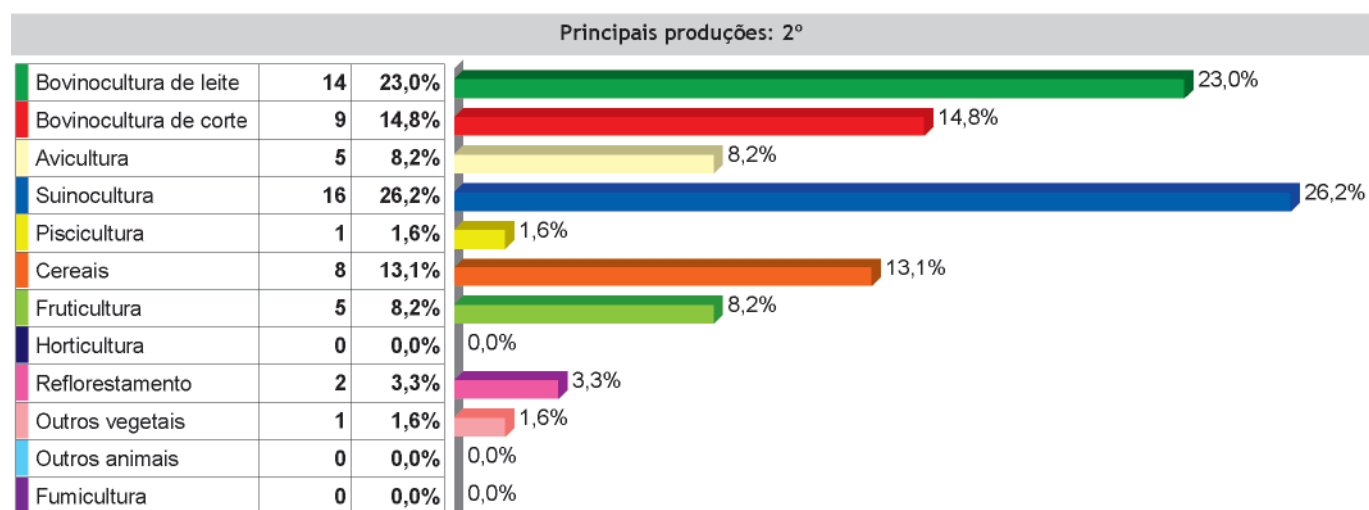


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

No que se refere às produções mais mencionadas pelos entrevistados como segunda opção, para além da criação animal (que nessa opção conta com o acréscimo da atividade de piscicultura, mencionada em 1,6% dos casos), a fruticultura e a produção de cereais são as que mais ganham evidência, somando 21,3%. O reflorestamento e a produção de outros vegetais, somados, totalizam 4,9% das respostas referentes à segunda opção (Gráfico 28).

Gráfico 28: Principais produções do estabelecimento agrícola (2ª Opção)



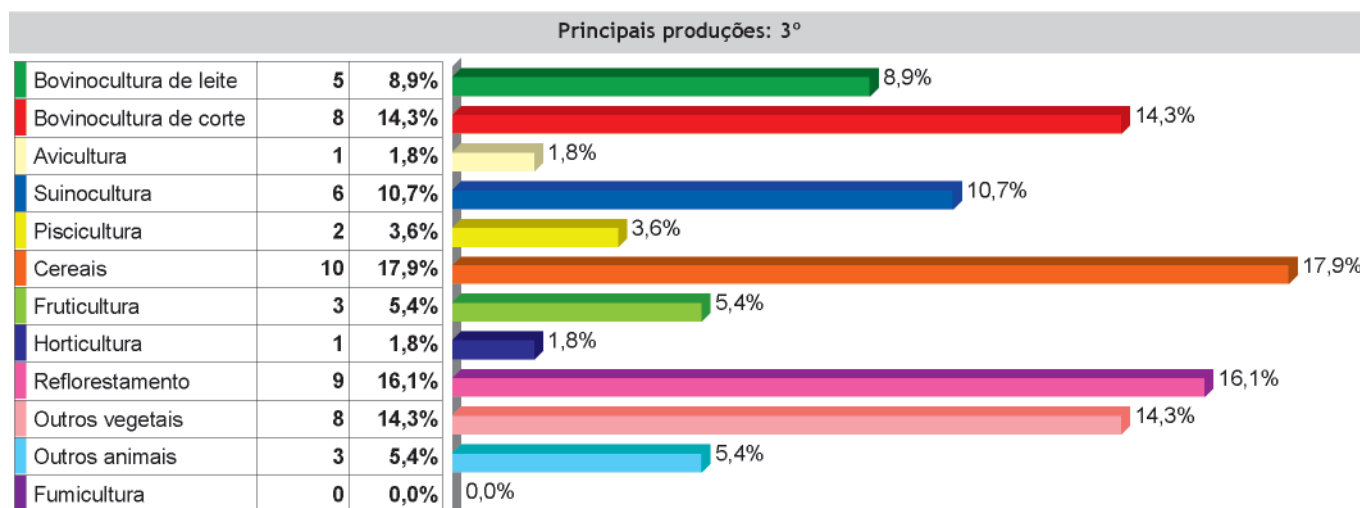
Total de respostas: **61**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Acerca das produções indicadas como terceira opção, vale salientar a menção à

produção de outros animais, que é destacada em 5,4% das respostas (Gráfico 29).

Gráfico 29: Principais produções do estabelecimento agrícola (3ª Opção)



Total de respostas: **56**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Pelos dados elencados nos três gráficos percebe-se que nenhum dos entrevistados é fumicultor, o que sugere que essa atividade está associada a situações de unidades agrícolas familiares de menor porte econômico, as quais não foram contempladas nesta edição da VAF.

A escolha das prioridades apresentadas no questionário indica que a agricultura familiar do município continua diversificada, embora mantendo a prevalência de atividades vinculadas a agroindústrias integradoras, como a bovinocultura de leite, a suinocultura e a avicultura, além do crescimento de atividades como a fruticultura e a produção de cereais em escala comercial.

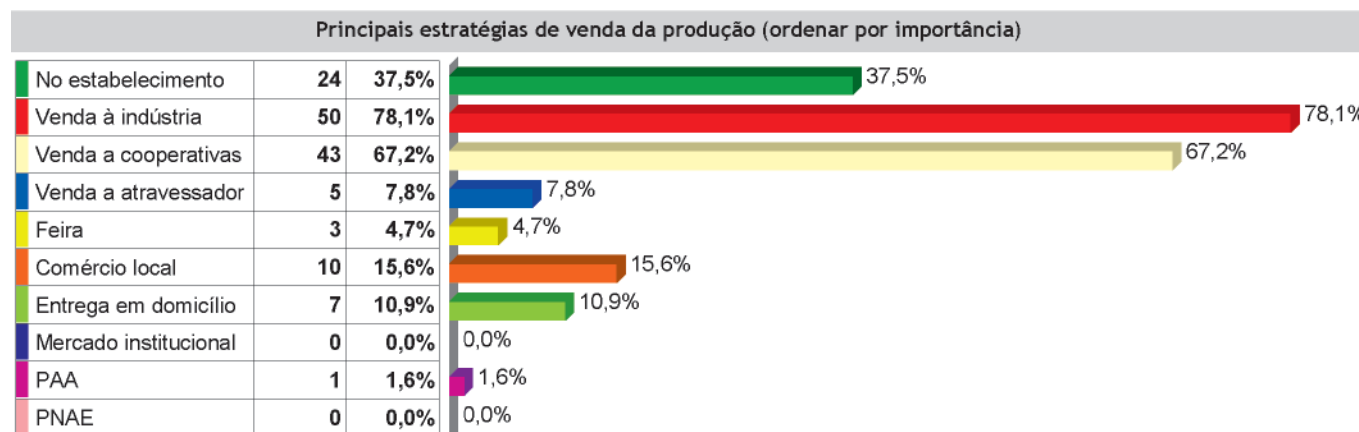
As principais estratégias de venda da produção foram respondidas por grau de importância, também no limite de três opções para cada entrevistado. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 30, entre as 143 respostas obtidas destaca-se a venda à agroindústria, a qual é indicada como preponderante por 78,1% dos respondentes, e a comercialização a cooperativas, que aparece em 67,2% dos casos.

Além das agroindústrias e cooperativas, há outras organizações associativas que possibilitam a ação comercial com capacidade de permitir ganhos de escala à produção (normalmente pequena) de cada unidade produtiva. A busca dos consumidores por produtos coloniais comercializados diretamente pelos produtores é comum em contextos de

proximidade com a produção rural. A organização dos agricultores para a comercialização de tais produtos é fator facilitador desse consumo.

Note-se que a venda da produção no próprio estabelecimento corresponde à realidade de 37,5% dos entrevistados. As vendas para atravessador, em feiras, comércio local e entrega em domicílio foram citadas por 39% dos respondentes. Apesar de os entrevistados não terem citado como estratégia de venda o mercado institucional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 1,6% mencionou especificamente o Programa Aquisição de Alimentos (PAA). Quando observadas em conjunto, as formas de venda direta do produtor ao consumidor ou os chamados circuitos curtos, que se caracterizam pela baixa presença de agentes intermediários nos processos de comercialização, têm uma importância considerável para o município.

Gráfico 30: Principais formas de comercialização da produção (múltipla escolha)*



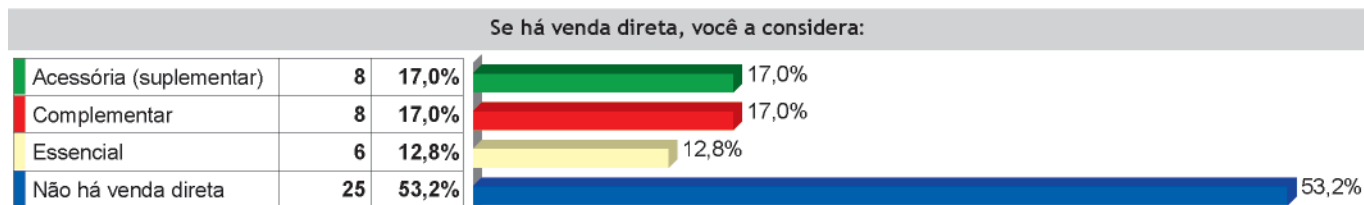
Total de respostas: **143**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Dos 64 entrevistados, 47 opinaram sobre a importância da venda direta, conforme pode ser conferido no Gráfico 31. Dentre os que responderam essa questão, em torno de 53,2% afirmam não haver venda direta da produção. Para 17% dos entrevistados, essa estratégia é complementar ou acessória e 12,8% acreditam que a venda direta da produção é essencial. Ressalta-se que tal percepção da importância da venda direta da produção poderia ser aproveitada pelos agentes locais para qualificar estratégias de venda em circuitos curtos.

Gráfico 31: Importância dada pelos(as) agricultores(as) para a venda direta



Total de respostas: **47**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Algumas famílias beneficiam seus produtos (17,2%), enquanto que a maioria não faz nenhum tipo de transformação (82,8%), de um total de 64 famílias que responderam esta questão (Gráfico 32). Aqui se revela outro potencial da agricultura familiar local, cujos produtos coloniais têm uma boa aceitação pelos consumidores.

Gráfico 32: Beneficiamento da produção



Total de respostas: **64**.

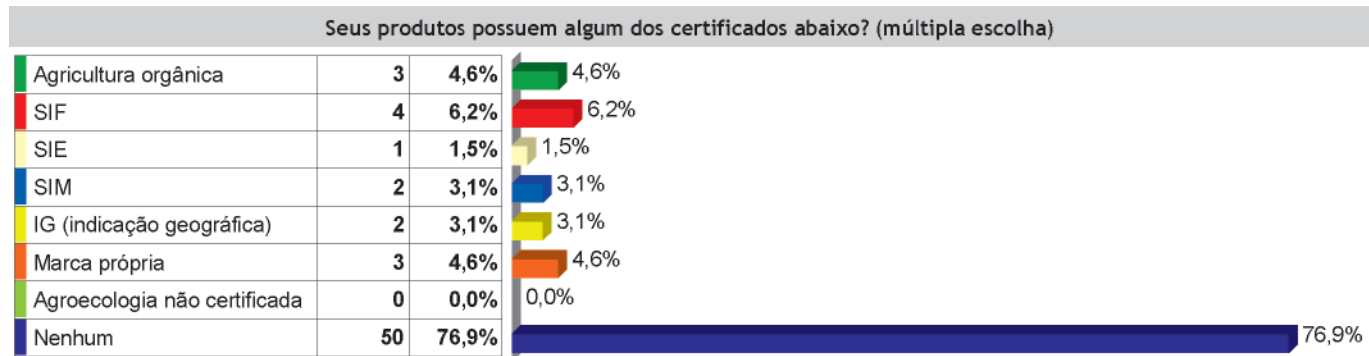
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Em relação à certificação da produção também foi possível marcar mais de uma alternativa, resultando num total de 65 respostas (Gráfico 33). Grande parte dos entrevistados (76,9%) não emprega nenhum tipo de certificação, o que denota uma distância entre a produção local e as diversas formas de certificação de produto de qualidade superior. Dentre os que fizeram menção a alguma certificação, a indicação “agricultura orgânica”, que aqui se refere a qualquer tipo de certificação de produtos orgânicos como os efetuados pela Rede Ecovida de Agroecologia, Ecocert, IBD, dentre outros, teve uma tímida citação dos entrevistados (4,6%). A opção “Marca própria” foi indicada, também, por 4,6% dos respondentes. As marcas do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), o correspondente estadual (SIE) e o federal (SIF) registraram, respectivamente, 3,1%, 1,5% e 6,2%. Este fato pode estar associado com a característica de produção animal fortemente presente nos estabelecimentos dos entrevistados desta VAF, sendo marcante a produção de bovino de leite, de corte, suíno e aves, conforme registrado no Gráfico 27. Nenhum dos entrevistados respondeu ter sua produção vinculada à “agroecologia não certificada”. Vale mencionar que esse termo refere-se às situações nas quais o agricultor considera suas práticas de produção agroecológicas, ainda que elas não possuam a chancela e o selo de nenhuma



empresa/organização autorizada a fornecer esse tipo de credenciamento⁵.

Gráfico 33: Sistema de certificação empregado pelo entrevistado (múltipla escolha)*



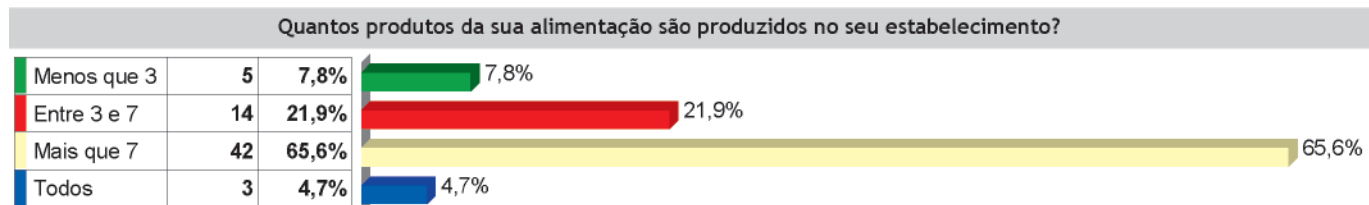
Total de respostas: **65**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Os três gráficos a seguir tratam da estratégia familiar em relação ao consumo de alimentos. Constatou-se que 70,3% dos entrevistados de Concórdia produzem todos ou mais de sete alimentos consumidos por sua família (Gráfico 34).

Gráfico 34: Quantidade de produtos produzidos no estabelecimento que são consumidos pela família



Total de respostas: **64**.

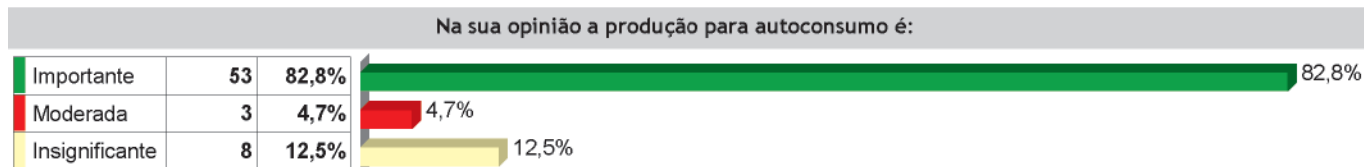
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Esses dados evidenciam que a produção para autoconsumo é relevante na maioria das unidades agrícolas. Esse tipo de produção é considerado importante para 82,8% e moderado ou insignificante para apenas 17,2% dos entrevistados (Gráfico 35).

⁵ A Indicação Geográfica (IG) registrou 3,1% das respostas, entretanto tal porcentagem representa um equívoco de preenchimento do questionário, já que na região não existe nenhum registro dessa natureza.



Gráfico 35: Grau de importância da produção para autoabastecimento

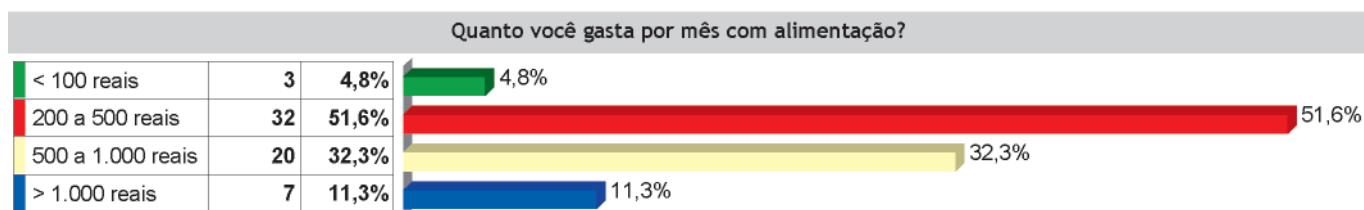


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

A maioria dos entrevistados (51,6%) declarou que gasta de R\$200,00 a R\$500,00 mensais com alimentação; 32,3% entre R\$500,00 e R\$1.000,00, 11,3% acima de R\$1.000,00 e apenas 4,8% gastam menos de R\$100,00 (Gráfico 36).

Gráfico 36: Gasto mensal com alimentação



Total de respostas: **62**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

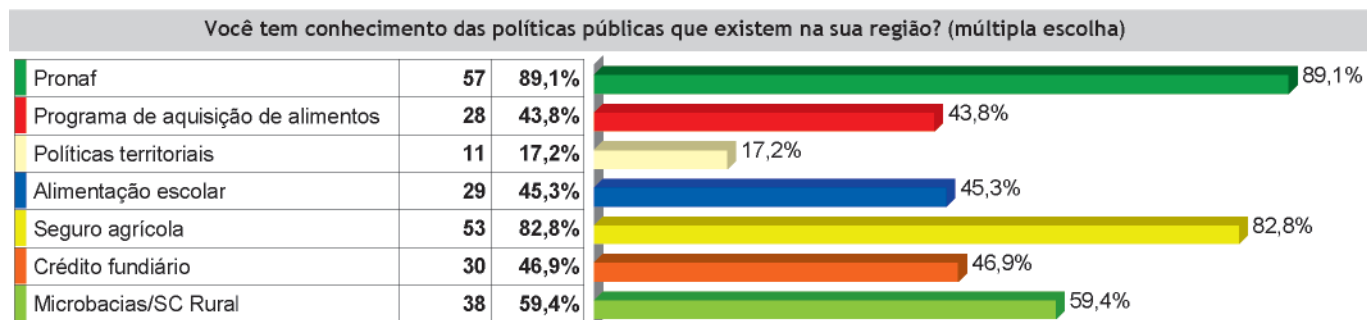
Os dados coletados não permitem uma análise aprofundada desta situação, mas é possível que haja uma relação entre os agricultores que acreditam que a produção para autoconsumo seja insignificante e o gasto de mais de R\$1.000,00 por mês destinado à alimentação da família. É importante que profissionais técnicos de extensão rural do município, e até mesmo os gestores públicos, atentem para esta realidade a fim de envolver as famílias de agricultores em trabalhos de segurança e soberania alimentar. Entretanto, merece destaque o fato de que, apesar da crescente mercantilização à qual as famílias rurais são pressionadas, há ainda significativo percentual delas que preserva o autoconsumo como estratégia de renda não monetária e garantia de qualidade alimentar.

3.5 Grau de Conhecimento e Acesso a Políticas Públicas

Como apresentado no Gráfico 37, de um total de 246 manifestações obtidas em relação ao conhecimento sobre as políticas públicas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destaca-se com a citação de 89,1% dos entrevistados, seguido do Seguro Agrícola (82,8%), do Microbacias/SC Rural (59,4%) e do Crédito Fundiário (46,9%). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi lembrado

por 45,3% dos entrevistados, enquanto que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por 43,8%. Cabe aqui salientar que, apesar do manifesto conhecimento do PNAE e do PAA, estes programas estão entre as principais formas de comercialização apenas para 1,6% dos entrevistados (Gráfico 30). O menor percentual é o das Políticas Territoriais, que foi mencionada em 17,2% dos questionários e reflete o fato de o município não integrar a política de territórios rurais coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ainda pelo Gráfico 37 nota-se que todas as sete políticas indicadas obtiveram percentuais expressivos, revelando que os agricultores possuem um alto grau de conhecimento dessas políticas na região.

Gráfico 37: Conhecimento sobre a existência de políticas públicas (múltipla escolha)*



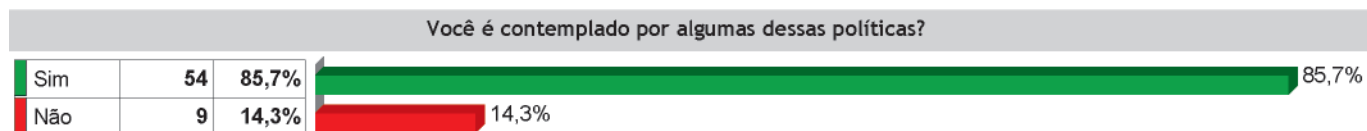
Total de respostas: **246**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

A grande maioria dos 63 entrevistados que respondeu a questão seguinte (85,7%) afirma que foi contemplada por alguma das políticas públicas destacadas anteriormente (Gráfico 38).

Gráfico 38: Número de entrevistados contemplados pelas políticas públicas existentes na região



Total de respostas: **63**.

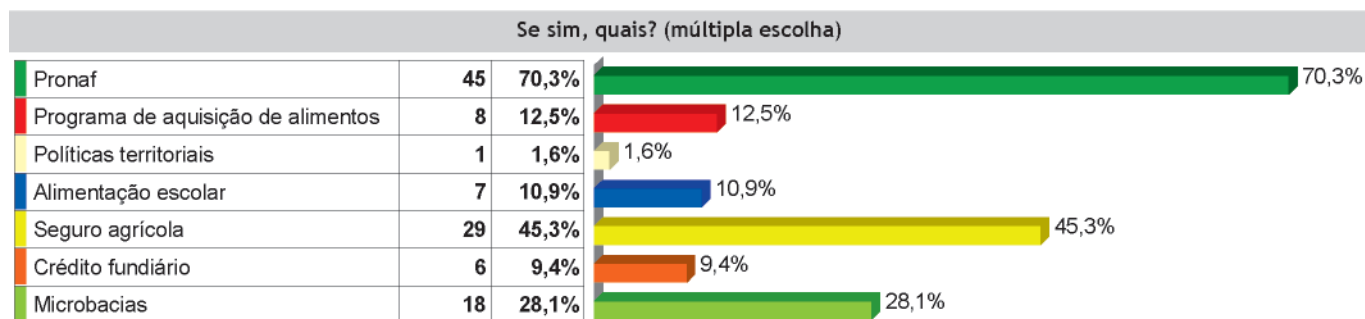
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).



No que se refere às políticas públicas que os agricultores já acessaram, de um total de 64 respostas, destacam-se o Pronaf (70,3%) e o Seguro Agrícola (45,3%), seguidas pelo Microbacias/SC Rural (28,1%), e pelo PNAE e PAA, que somadas representam 23,4% das respostas (Gráfico 39). Não é de se estranhar que o Pronaf, política pública mais consubstanciada e relacionada diretamente aos créditos de custeio e de investimento, tenha o destaque verificado. O seguro agrícola, que atua como política complementar ao financiamento da produção, se encontra bem consolidado no município. Entretanto, chama a atenção o acesso ao PAA e ao PNAE pelos agricultores locais. Apesar de serem programas novos e com características menos abrangentes que o crédito rural, podem ajudar a viabilizar a comercialização de produtos diversificados dos agricultores familiares. Todavia, neste município, possuem pouca expressividade para a maioria das famílias de agricultores quando comparados às outras formas de comercialização (Gráfico 30). O acesso de alguns entrevistados a eles (Gráfico 39) pode estar relacionado à concentração populacional e urbana de Concórdia, com grande demanda de alimentos para a merenda escolar e para entidades assistenciais, além do esforço específico da administração municipal e de organizações dos agricultores em operacionalizar estes programas.

Por outro lado, apesar de ser relativamente bem conhecido, o crédito fundiário não é uma política abrangente no público entrevistado. A burocracia e a morosidade dos processos podem estar por detrás dessa baixa adesão. Certamente, a situação acaba tendo impacto negativo na permanência dos jovens que desejam se instalar como agricultores, mas não possuem terras para assumir essa empreitada, como também espelha as dificuldades ainda existentes em se reestruturar a malha fundiária, mesmo em regiões com a predominância de uma agricultura dinâmica e bem organizada sob o ponto de vista produtivo.

Gráfico 39: Políticas públicas mais acessadas pelos(as) entrevistados(as) (múltipla escolha)*



Total de respostas: **114**.

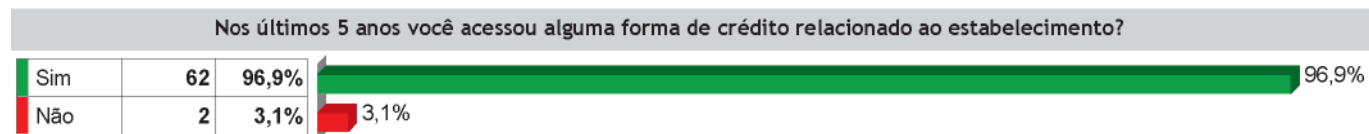
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).



Dos 64 agricultores que opinaram sobre o acesso ao crédito rural, 96,9% confirmaram ter recorrido a esse tipo de política nos últimos cinco anos (Gráfico 40). Esse quadro confirma a maior capilaridade obtida pelas políticas de financiamento rural da agricultura familiar na última década.

Gráfico 40: Acesso a políticas de crédito rural nos últimos cinco anos

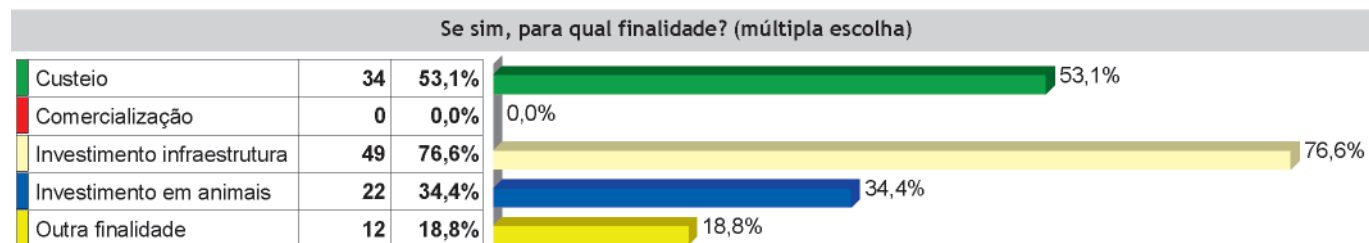


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Sobre a finalidade do crédito rural obtido também foi possível indicar mais de uma alternativa no questionário, o que gerou um total de 117 respostas. A maior parte dos agricultores (76,6%) empregou recursos do crédito no investimento em infraestrutura, 53,1% em custeio e 34,4% utilizaram o crédito para investimento em animais. Nota-se que os empréstimos oficiais de apoio à comercialização não são citados pelos entrevistados, embora se saiba que esse tipo de apoio ocorra, muitas vezes, indiretamente, por intermédio das cooperativas nas quais eles participam (Gráfico 41). É importante lembrar, todavia, que as políticas públicas ligadas à segurança alimentar e nutricional (PAA e PNAE) possuem estratégias próprias de pagamento aos agricultores, e que, em alguns casos, se configuram como alternativas às políticas públicas de financiamento voltadas à comercialização já existentes dentro do Pronaf e das demais linhas do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Gráfico 41: Finalidade do crédito rural obtido nos últimos cinco anos (múltipla escolha)*



Total de respostas: **117**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

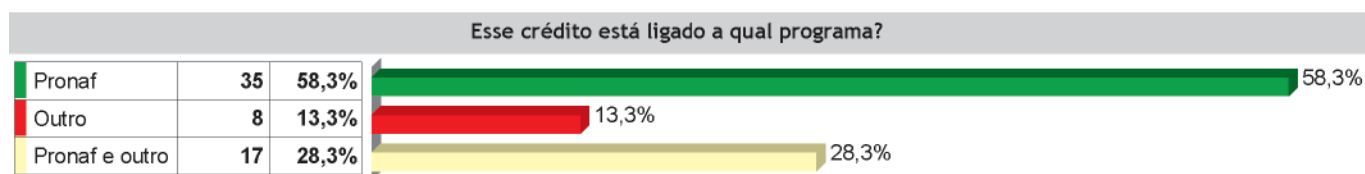
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Do total de 60 agricultores que responderam ter acessado política de crédito rural, 58,3% afirmam que o fizeram por meio do Pronaf, enquanto 28,3% a acessaram pelo



Pronaf juntamente com outro tipo de crédito (Gráfico 42). Isso evidencia a importância deste Programa no atendimento das necessidades de agricultores cujo perfil é semelhante aos que participaram da VAF. Conforme foi especificado na introdução deste estudo, esses agricultores figuram entre os que apresentam condições socioeconômicas mínimas para acolher os alunos, não representando, portanto, situações de pobreza. Além disso, é possível que o contingente que foi beneficiado por outro tipo de financiamento (13,3%) tenha acessado linhas de crédito destinadas aos tomadores mais capitalizados.

Gráfico 42: Conexão entre o crédito obtido nos últimos cinco anos com o Pronaf



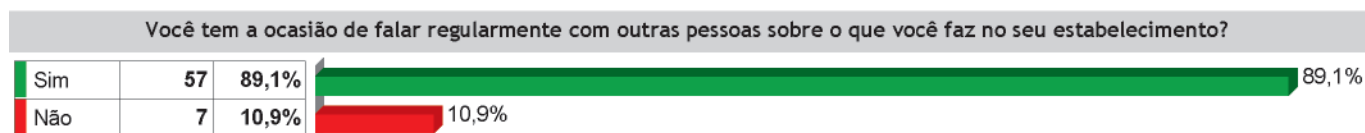
Total de respostas: **60**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

3.6 Relações Socioprofissionais, Ambientais e Perspectivas Futuras

Perguntou-se aos entrevistados se eles costumam falar com outras pessoas sobre suas atividades no estabelecimento, com o propósito de avaliar em que medida os agricultores mantêm laços sociais com outros atores, que não integram a família nuclear. Dos 64 entrevistados que responderam a esta pergunta, 89,1% disseram que sim (Gráfico 43).

Gráfico 43: Troca de ideias sobre ações realizadas no estabelecimento com outras pessoas



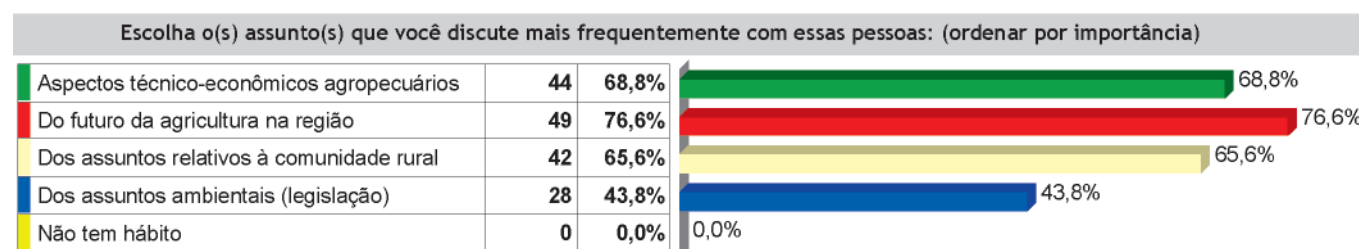
Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

A questão foi complementada com a indagação acerca de quais assuntos relacionados às atividades agrícolas os entrevistados conversam. Para tal questionamento, três opções eram possíveis de ser elencadas, o que resultou num total de 163 respostas. Segundo os entrevistados, os assuntos mais discutidos com outras pessoas são os relacionados ao futuro da agricultura na região (76,6%) e aos aspectos técnico-econômicos agropecuários

(68,8%), seguidos dos assuntos relativos à comunidade rural (65,6%) e questões relativas às legislações ambientais (43,8%). Nenhum dos agricultores afirmou não ter o hábito de discutir esses assuntos com outras pessoas (Gráfico 44).

Gráfico 44: Temas mais frequentes nas discussões com outras pessoas (múltipla escolha)*



Total de respostas: **163**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

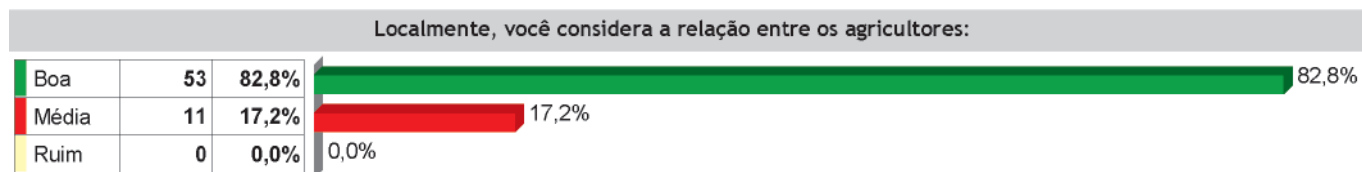
Observa-se, assim, que há uma preocupação por parte dos agricultores sobre o futuro da agricultura e os assuntos coletivos relativos à comunidade. É comum a troca de informações técnicas entre os agricultores familiares, o que resulta muitas vezes em uma formação que alia o conhecimento tradicional às técnicas mais especializadas aprendidas junto aos vizinhos. Essa troca é viabilizada pela sociabilidade existente na região, a qual representa um traço característico da agricultura familiar.

Ao visualizar o Gráfico 45 é possível perceber a opinião dos entrevistados sobre sua relação com os demais agricultores locais. Para a grande maioria (82,8%) a relação é boa; para 17,2% deles a relação é média e para nenhum dos entrevistados é ruim. Isto sugere que existe uma correlação quanto aos laços de amizade entre as famílias de agricultores e a confiança necessária para haver trocas frequentes de informações. Este fator, aliado à propensão ao compartilhamento de dias de trabalho com outros agricultores, é um indicativo da presença de capital social⁶, que também é um dos aspectos distintivos do modo de vida e das relações sociais estabelecidas entre os membros da agricultura familiar em suas comunidades rurais.

⁶ Capital social refere-se às normas que promovem as relações de confiança e reciprocidade entre os membros de uma sociedade, em um determinado território, região ou comunidade.



Gráfico 45: Relacionamento entre os agricultores locais na opinião dos entrevistados

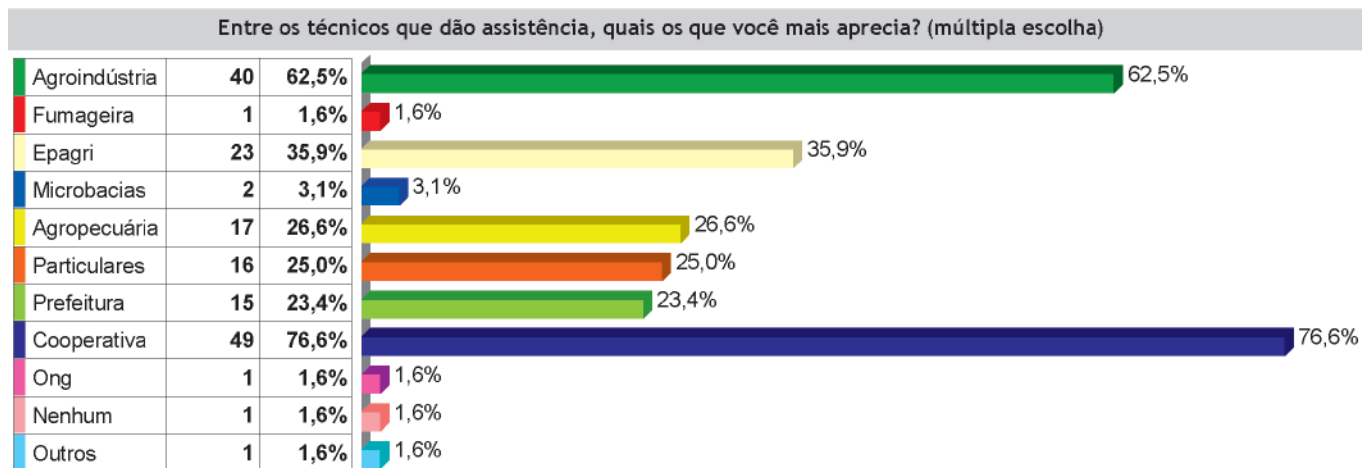


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Sobre o tema da assistência técnica os entrevistados foram convidados a elencar até três organizações que eles mais apreciam. De um total de 166 respostas, destacam-se três serviços técnicos: a cooperativa, indicada como prioritária para 76,6% dos entrevistados; a agroindústria, mencionada em 62,5% das respostas; e a Epagri, apontada por 35,9% dos entrevistados. Apenas em um caso a assistência técnica não foi referenciada de forma positiva pelos agricultores (Gráfico 46).

Gráfico 46: Serviços de assistência técnica mais referendados pelos entrevistados (múltipla escolha)*



Total de respostas: **166**.

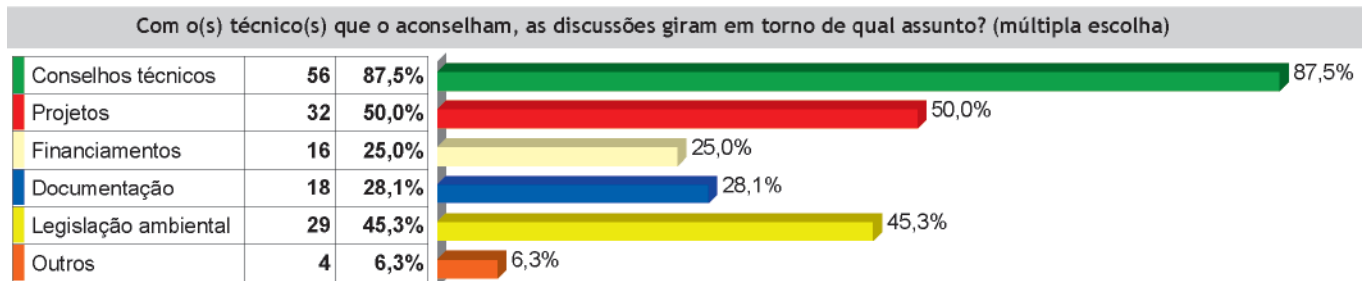
* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **65**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Em relação aos tipos de assunto que os entrevistados costumam conversar com os técnicos, o mais recorrente, representando 87,5% das respostas, refere-se a conselhos técnicos; 50% a assuntos sobre projetos; 45,3% a legislação ambiental; 28,1% a documentação; e 25% a financiamentos (Gráfico 47).



Gráfico 47: Tipos de assuntos conversados com os técnicos (múltipla escolha)*



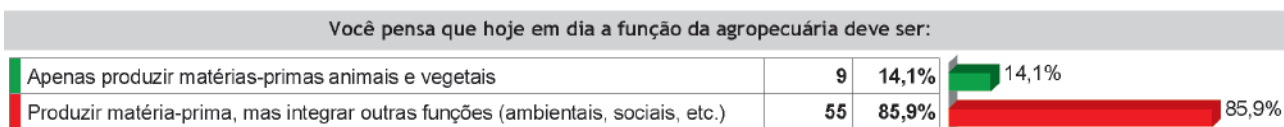
Total de respostas: **155**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Na opinião de 85,9% dos agricultores, a função da agropecuária deve ser tanto a de produzir matéria-prima quanto a de integrar outras funções, tais como as de caráter ambiental e social (Gráfico 48). Essa questão possibilita notar que a maioria dos agricultores percebe a agricultura não apenas como uma atividade econômica, mas também como integradora de outras funções de caráter ambiental e social, sendo destaque neste sentido a geração da ocupação do território rural e a manutenção de um tecido social ativo, como bem demonstra o tópico referente à participação das famílias de agricultores em diversas organizações locais. Nesse contexto, é possível afirmar que algumas políticas públicas teriam, certamente, respaldo destes agricultores se os compensassem por serviços ambientais e desonerassem, por redução de impostos ou outros mecanismos de compensação, a produção de alimentos para o consumo humano e a manutenção de um tecido social em territórios rurais.

Gráfico 48: Função da agropecuária na atualidade



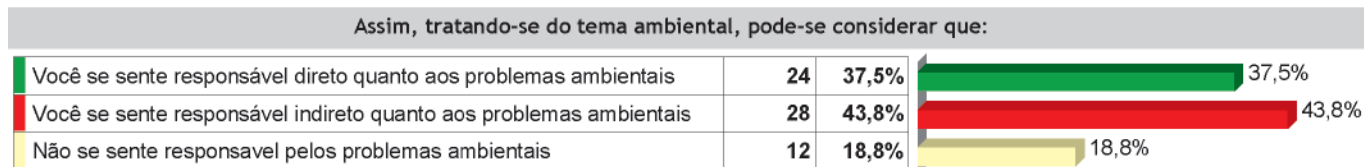
Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Quanto ao tema ambiental, 43,8% do total de 64 respostas se sentem indiretamente responsáveis pelos problemas ambientais; 37,5% diretamente responsáveis e 18,8% afirmam não ter responsabilidades nessa questão (Gráfico 49). Ou seja, a maioria dos agricultores se sente responsável pelas questões ambientais. Essa percepção revela-se fator primordial para que tais agricultores assumam papéis mais proativos em ações de conservação e cuidados com os recursos naturais.



Gráfico 49: Percepções sobre a questão ambiental



Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Cabe salientar que quando o trabalho de campo foi realizado ainda não havia a necessidade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo que as questões ligadas à legalidade ambiental baseavam-se na legislação anteriormente em vigor. Contudo, as respostas evidenciam que os procedimentos ambientais são eficazes junto à agricultura familiar da região. Em 71,9% dos estabelecimentos havia registro ou projetos já encaminhados para averbação da Reserva Legal (RL) ou Área de Preservação Permanente (APP) e em 12,5% esse processo já estava em andamento. Para 15,6% dos casos a averbação ou projetos nesse sentido ainda não existia (Gráfico 50). Apesar dos dados positivos, salienta-se a importância da continuidade de ações voltadas à diminuição do percentual de estabelecimentos que ainda não estão adequados às normas ambientais.

Gráfico 50: Número de proprietários com registro ou projetos para a averbação da RL ou APP



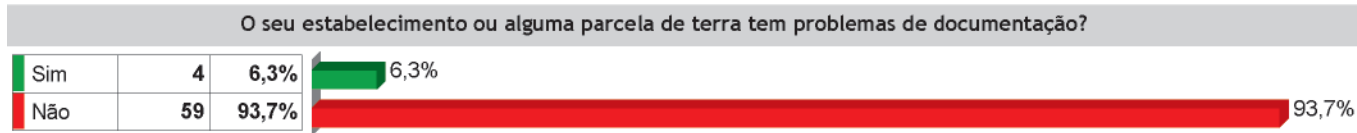
Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Sobre a existência de problemas relativos à documentação do estabelecimento, 93,7% dos entrevistados disseram que não têm problemas com a titulação da terra e apenas 6,3% declararam possuir dificuldades nesse sentido (Gráfico 51).



Gráfico 51: Problemas de documentação com o estabelecimento ou parcela de terra



Total de respostas: **63**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Com o intuito de saber as intenções dos agricultores em relação ao futuro do estabelecimento e, conseqüentemente, da sua profissão, foi prevista a possibilidade de indicação de até quatro alternativas. Do total de 190 respostas, 70,3% dos entrevistados afirmam ter a intenção de se modernizar; 65,6% disseram querer aumentar o rebanho; 39,1% pretendem aumentar a área explorada por compra ou arrendamento de terras; 32,8% buscam diversificar a produção; 17,2% desejam a certificação da produção. Especializar-se em uma cultura ou criação e construir uma sociedade ou parceria, ambos os objetivos, foram mencionados, respectivamente, por 14,1% dos entrevistados. Enquanto que exercer uma atividade não agrícola, mas continuar sendo agricultor, é o intuito de 10,9% desses agricultores; e diminuir o rebanho, de 9,4%. As demais intenções para um futuro próximo são variadas e representaram 23,6% (Gráfico 52). Apesar da evidente preponderância da ideia genérica de “se modernizar” para grande parte dos entrevistados, chama a atenção o percentual dos que responderam ter interesse em diversificar as atividades. A diversificação é vista por muitos como avessa à noção de se modernizar que, ao contrário, exigiria mais especialização. Observa-se uma aparente contradição naqueles que gostariam tanto de se modernizar como de diversificar sua produção, mas interpreta-se sua percepção como voltada a melhor racionalizar o processo produtivo, otimizando o uso dos fatores de produção, com um amplo leque de alternativas comerciais. Esta referência à diversificação pode estar ligada ao desejo de atender as demandas de mercados locais, feiras, PAA e PNAE, que são formas comerciais que demandam um leque maior de produtos para a venda. Merece destaque ainda o forte desejo para continuar na condição de agricultor, visto que apenas um entrevistado manifestou a pretensão de encerrar suas atividades agrícolas.



Gráfico 52: Desejo de mudanças no estabelecimento agrícola ou na profissão de agricultor (múltipla escolha)*



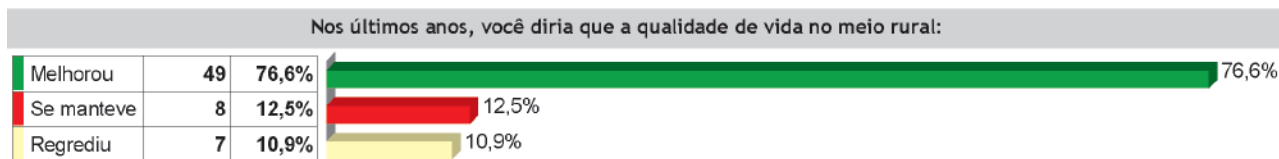
Total de respostas: **190**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

No que concerne às condições de vida no campo, para 76,6% dos entrevistados a situação melhorou; 12,5% declararam que se manteve igual nos últimos anos e apenas 10,9% disseram que viver no meio rural piorou (Gráfico 53). Esse dado é muito importante, pois revela que os agricultores possuem opiniões condizentes a seu estilo de vida no contexto atual. São elementos que justificam a continuidade e aprofundamento de políticas públicas que ajudem a manter a população no campo e a fortalecer o desenvolvimento rural da região. O amplo percentual dos que afirmam que a qualidade de vida no meio rural melhorou indica uma percepção positiva sobre o atual modo de vida dos agricultores em relação ao passado (gráfico 55) e que o tema mereceria novas investigações capazes de identificar os aspectos que tiveram mais influência nesta mudança.

Gráfico 53: Percepção sobre a vida no meio rural



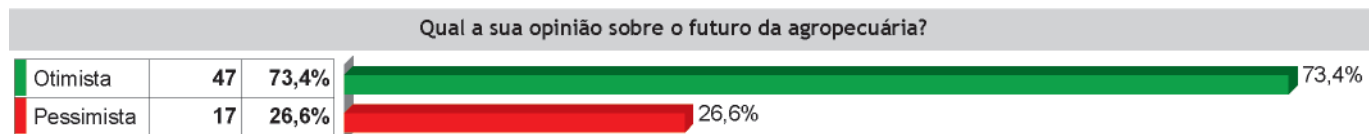
Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).



Sobre o futuro da atividade agropecuária, 73,4% dos entrevistados disseram estar otimistas e apenas 26,6% pessimistas (Gráfico 54). Novamente fica evidente que entre essa categoria de agricultores familiares, os quais se caracterizam por dispor de uma boa condição socioeconômica, o exercício da profissão de agricultora é visto de forma positiva.

Gráfico 54: Opinião sobre o futuro da agropecuária

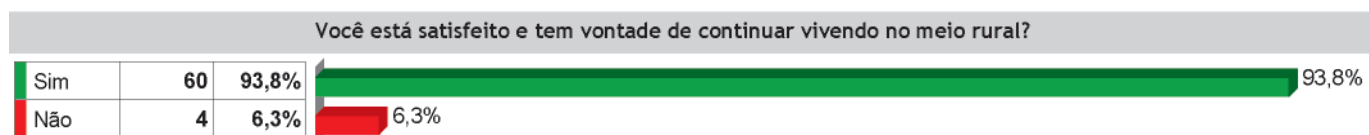


Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Quase todos os entrevistados que responderam sobre a satisfação e desejo de continuar vivendo no meio rural (93,8%) disseram que estão satisfeitos com a vida no campo e que desejam continuar no meio rural; e apenas 6,3% não estão satisfeitos e não têm vontade de permanecer no meio rural (Gráfico 55).

Gráfico 55: Satisfação e desejo de continuar vivendo no meio rural



Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Dentre as 63 respostas sobre a representação dos interesses dos agricultores entrevistados na sociedade (Gráfico 56), 63,5% referiram-se à consideração de estarem bem representados, enquanto que 36,5% ao julgamento de estarem mal representados na sociedade. Considerando a diversidade de organizações a que os agricultores familiares estão vinculados, apresentada anteriormente, entende-se que os que avaliam estar mal representados sinalizam a necessidade de repensar as formas de trabalho das organizações em questão. Entretanto, as respostas podem estar se referindo a alguma organização em particular, sem que se saiba qual especificamente. Esta é uma informação que o trabalho de campo não foi capaz de distinguir e que, devido a sua complexidade, mereceria um estudo específico.



Gráfico 56: Representação dos interesses dos agricultores na sociedade



Total de respostas: **63**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).

Por fim, em relação à participação social na discussão dos problemas locais junto à administração pública, 68,8% dos entrevistados disseram que durante o último mandato municipal foram convidados a debater os problemas da comunidade e 31,3% afirmaram o contrário, conforme pode ser visto no Gráfico 57.

Gráfico 57: Participação política dos agricultores na discussão dos problemas locais



Total de respostas: **64**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2014).



4 Considerações Finais

Este tópico tem o propósito de sintetizar alguns aspectos considerados mais relevantes apontados na pesquisa, sem ter a intenção de ser exaustivo. Em primeiro lugar, percebe-se que o nível de escolarização da maioria dos agricultores é baixo, visto que 56,3% dos respondentes têm o ensino fundamental incompleto e 1,6% não tem escolaridade. Um segundo ponto a ser destacado é que um número significativo (82,8%) dos chefes de estabelecimentos (homens e mulheres) encontra-se na faixa etária acima dos 40 anos, e dentre estes 23,4% têm mais do que 55 anos, o que demonstra uma associação entre dois fatores: a condução da gestão dos estabelecimentos por agricultores com idade mais elevada e com pouca escolaridade.

Esta situação tem correlação direta com a redução drástica no número de filhos por família e a maior longevidade das pessoas adultas. Esses fenômenos demográficos são cada vez mais recorrentes no país, sendo ampliados, em algumas regiões, pela migração seletiva de jovens rurais.

Estes fatores acarretam implicações na disponibilidade de mão de obra familiar e local, assim como na sucessão geracional. Nesse sentido, a tendência de permanecer nos estabelecimentos as pessoas com idade mais avançada, aliada à indefinição no processo sucessório, comumente verificado em muitas famílias, pode acarretar em certo desestímulo para os investimentos produtivos nesses estabelecimentos, fato que compromete a reprodução social de parcela expressiva de famílias de agricultores. Isto representa uma tendência e um importante ponto de atenção para os formuladores de políticas públicas, pois as pessoas que não se encontram mais na plenitude de suas forças físicas precisam encontrar alternativas viáveis para a reprodução social da família no meio rural.

Está cada vez mais restrita a mão de obra das famílias, a qual vem sendo parcialmente compensada pela troca de dias de trabalho entre elas, recorrente em quase 80% das famílias, ou ainda por maquinários. A opção de contratação de mão de obra está muito presente nas unidades agrícolas que participaram da VAF em que pese a crescente dificuldade de dispor de trabalhadores permanentes ou sazonais no meio rural. Mais de 90% dos respondentes afirmam que a disponibilidade de mão de obra está diminuindo no meio rural, sendo que grande parte dos agricultores entrevistados já contrata força de trabalho temporária e permanente. Esta situação reforça a importância de políticas públicas inclusivas que favoreçam a permanência dos agricultores (jovens e adultos) no meio rural.



Entre as famílias entrevistadas, a pluriatividade, ou o exercício de outra atividade remunerada além da agricultura, envolve 12,5% dos chefes de estabelecimentos e em 20,3% das unidades produtivas existe outro membro familiar exercendo alguma atividade remunerada. Isto significa que os proventos de uma parcela significativa das famílias entrevistadas não tem origem apenas nas atividades agrícolas, pois a diversificação das fontes de renda é uma estratégia importante para elas. Isso não indica que a agricultura esteja perdendo importância no seio das famílias. Ao contrário, nenhum dos entrevistados mencionou querer diminuir sua área produtiva, enquanto 32,8% dos agricultores indicaram ter a intenção de aumentar a área, e a maioria (67,2%) está satisfeita com o tamanho do estabelecimento. Isto está coerente com a estratégia de arrendar terras de terceiros, que ocorre em 42,2% dos casos. Este é outro aspecto que merece ser aprofundado com novos estudos. Tudo indica que o arrendamento de terras por agricultores familiares consolidados está associado a situações de outros agricultores que, por razões diversas, estão cessando ou já encerraram suas atividades, mas que preservam o patrimônio familiar alugando suas terras para terceiros. Trata-se de um importante mecanismo de governança fundiária ainda pouco conhecido no Brasil, mas que representa a principal forma de acesso à terra em diversos países, sobretudo, da Europa Ocidental.

O tema da sucessão do empreendimento familiar não é um problema para 49,8% dos casos, mas para 27% o assunto ainda não está definido e 23,8% dos estabelecimentos não têm sucessor. Os dados corroboram diversos estudos qualitativos, indicando que esta decisão é comumente protelada no âmbito da família, pois é uma problemática complexa. Comumente, os pais desejam que ao menos um dos seus descendentes permaneça no estabelecimento como sucessor, mas muitas vezes a agricultura e o meio rural não oferecem para os seus filhos as oportunidades e as condições que eles gostariam. Por isso, acabam incentivando para que os jovens procurem melhores condições de vida fora do espaço rural, seja por meio do trabalho ou do estudo. Com a indicação de elevada satisfação com a vida no meio rural, aliada à percepção de ampla maioria de que as condições de vida ali melhoraram, é possível que se desenhe uma estratégia mais concreta para despertar nos jovens o desejo de continuar a trajetória dos pais.

Por vezes, os filhos ainda são crianças e o tema da sucessão ainda não figura como uma questão relevante. No entanto, pode haver situações nas quais a indefinição se deve a outros fatores, a exemplo do tipo de projeto que os filhos gostariam de implantar no estabelecimento e que podem demandar uma assessoria externa. Já em relação aos casos que não têm sucessor, o destino desses estabelecimentos representa um campo de intervenção do poder público ainda pouco explorado. O ideal seria que essas unidades produtivas ficassem na esfera da agricultura familiar e que o programa de crédito fundiário fosse mobilizado com o propósito de fortalecê-las.



Todos esses casos apenas reforçam a ideia de que a temática da sucessão deve ser encarada como uma prioridade no âmbito das políticas públicas, criando-se alternativas adequadas para a permanência e/ou instalação dos jovens em atividades agrícolas ou não agrícolas no meio rural, garantindo-se, assim, a sucessão geracional na agricultura familiar.

Nesse sentido, diante da importância, da potencialidade e do dinamismo socioeconômico e cultural desses estabelecimentos para o município de Concórdia, sugere-se que a sucessão familiar seja um tema abordado com profundidade pelas instituições públicas, pela iniciativa privada, como também pelas entidades representativas da agricultura familiar, a fim de que soluções sejam buscadas conjuntamente para a melhoria desta problemática social. Cabe salientar que existem diversas experiências positivas em Santa Catarina no que se refere ao processo sucessório na agricultura familiar, possivelmente, também encontradas em famílias rurais do próprio município, que poderiam ser utilizadas como referências a serem mobilizadas em eventos de sensibilização e capacitação vinculados a esta temática. Como, por exemplo, projetos protagonizados por jovens e mulheres, experiências que demonstram a realização de parcerias entre pais e filhos(as), o acesso a inovações produtivas e às políticas públicas por parte desse público, entre outras alternativas que promovam a permanência ou mesmo o retorno de jovens ao meio rural.

No que se refere à economia agrícola do município, esta apresenta uma forte relação com a produção animal, horticultura e cereais. Isto explica por que as vendas para a indústria e para cooperativas figuram como as principais estratégias de comercialização. A produção para autoconsumo, por sua vez, continua sendo uma prática relevante para a maioria das famílias de agricultores. Além disso, as estratégias de comercialização por meio de circuitos curtos se faz importante no município. É importante mencionar que tais estratégias acabam por configurar-se como formas de resistência e de conquista de autonomia dos agricultores familiares. Isso por contrariarem as transações comerciais que distanciam cada vez mais quem produz de quem consome, e por estarem engajadas em processos sociopolíticos mais amplos de conquista de soberania alimentar. Se de um lado esse tipo de comercialização favorece os consumidores por lhes possibilitar, através da proximidade com o produtor, conhecimento da origem e qualidade dos alimentos que compra, de outro lado ela incentiva os agricultores tanto na diversificação de sua produção quanto na agregação de valor de seus produtos, por meio da agroindustrialização e das diferentes formas de certificação.

A manutenção dessas estratégias de reprodução socioeconômica desenvolvidas pelos estabelecimentos conta também com acesso a políticas de crédito rural. Nesse quesito, o Pronaf se destaca, como a política pública mais conhecida e acessada entre os entrevistados.



Cabe destacar que a ausência de competências administrativas, tais como a administração rural e financeira, em sociedades modernas como a catarinense, que privilegiam cada vez mais as competências técnicas orientadas para o mercado, representa uma sinalização de certa fragilidade no processo de empoderamento dos agricultores familiares de Concórdia. Neste sentido, os formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural devem aprofundar seus esforços para garantir o empoderamento de agricultores familiares por meio da ampliação de programas de formação técnica e continuada.

A cooperativa, a agroindústria e a Epagri foram mencionadas como principais prestadoras de serviços de assistência técnica pelos produtores, o que revela dois quesitos. Um deles refere-se à influência que as formas organizativas e de integração dos agricultores à indústria exercem no aspecto sócio-técnico da região. O outro está relacionado à importância atribuída pelos agricultores do município ao acesso a serviços públicos vinculados ao desenvolvimento rural.

Concernente às questões ambientais, a maioria dos entrevistados considera um tema importante e tem a compreensão de que a agricultura não se reduz à mera produção agropecuária. O entendimento predominante entre esses agricultores é o de que a agricultura não pode ser interpretada apenas como um setor da economia, já que suas famílias cumprem outros papéis relevantes para o desenvolvimento e a sustentabilidade das regiões rurais. Neste sentido, o caráter multifuncional da agricultura, setor da economia que não a limita à produção de alimentos e fibras, se apresenta como um tema atual que merece ser incorporado à formulação e à gestão de políticas públicas. Dessa forma, encontrar mecanismos para compensar os agricultores familiares pelos serviços ambientais e sociais prestados à sociedade, que não são remunerados pelos mercados, emerge como mais um desafio para os agentes públicos.

Por fim, praticamente a totalidade dos agricultores entrevistados não deseja deixar o campo e a maioria considera que a sua qualidade de vida no meio rural melhorou nos últimos anos, fatores que parecem estar atrelados a outro aspecto positivo identificado na vivência: o elevado grau de participação social no município. O que se nota, portanto, é a presença de um círculo virtuoso em termos de desenvolvimento rural, demonstrado pela gestão participativa de diversas políticas públicas e pelo otimismo dos agricultores.

No seu conjunto, esses aspectos revelam que nessa região o rural não é considerado como lugar do atraso, mas como um espaço de vida importante para a geração de um estilo de desenvolvimento mais inclusivo e respeitoso para com o ambiente.



Referências

DEEPASK. **Confira o Produto Interno Bruto - PIB no seu estado - Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=santa-catarina-Confira-a-evolucao-do-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-estado>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e da silvicultura 2012.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

CONCÓRDIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Porto_Uni%C3%A3o&oldid=41210906>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PORTAL DO CIDADÃO. **Município de Concórdia: aspectos geográficos.** Disponível em: <<http://www.concordia.sc.gov.br/#!/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2014.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/perfil_m/porto-uniao_sc>. Acesso em: 11 fev. 2015.



Apêndice

Estudantes da Agronomia participantes da pesquisa de campo

Alex Junior Santana	Gabriel Delgado Peixoto
Alvaro Lemos Monteiro	Gabriela Maria Assunção
Ana Carla Kuneski	Gildomar Dutra Lindemann
Ananda Weigand de Castro	Guilherme Sebold
Anderson Kolb Schafascheck	Jéssica da Silva Podeleski
André Buchmann Feistauer	Jorge Luiz Silva de Carvalho Filho
André Felipe Lourenço	Julia Alves Minelli
André Steiner Vieira	Kaue Roque Mattara
Beatriz Miranda da Silva	Larissa Feldman Ambonatti
Bruna Maria Nocetti Costa Sousa	Liz Félix Gomes
Bruna Oliveira da Costa	Lucas Penaforte
Bruno Pirolli	Luciana Forrer Andonini
Cainan Echer Artaza	Luíse Esquivel
Caroline Bedin Zanatta	Luiz Henrique Coelho
Catiúcia Mara Guaresi	Michele Pottes de Oliveira
Claudemir Zuchinalli Junior	Rafael Schramm Kühl
Cristian Damaceno Back	Rose Mari Seledes
Cristiano Dalmoro Rigo	Samuel Luiz Torres Simoes Pires
Dayane de Rocco	Talita Pickler Cruz Pereira
Eduardo Pickius	Tye Thomaz dos Santos Leussis
Fausto Rodrigues Cardoso	Vinicius Kuhn
Felipe da Silva Scarsanella	Willian Goudinho Viana
Fernando Dacoregio Neto	Yasmin Seemann Sbruzzi

Estudantes da Zootecnia participantes da pesquisa de campo

Alice Melo Cândido	João Antonio de Paula Velho
Amabile Carine Puel	Maiara Rodrigues
Amanda Costa Xavier	Manuela Froner Ambrosini
Ariany do Canto Oliveira	Marília Abreu dos Santos
Camila Spindola Sérgio	Nicole Gritti Smozinski
Caroline Tokarski Espezim	Priscila Bruxel
Elizabeth Machado Candido	Suzana Pereira
Endrio de Elesbão Souto	Valkerson Lemes Zacarkim
Heitor Sidnei da Silveira	Vanessa de Oliveira Cadorin

Figura 2: Estudantes, famílias de agricultores, docentes e demais colaboradores da VAF realizada em Concórdia (2014)



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Concórdia.

A disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF) integra a grade curricular obrigatória dos cursos de Agronomia e de Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Em ambos os cursos, a VAF é ministrada na 4ª fase, na transição entre os conteúdos básicos e os profissionais. Durante a disciplina o graduando tem a oportunidade de permanecer três semanas na residência de uma família de agricultor, conhecendo de perto seu ambiente de vida e de trabalho.

O conteúdo programático da VAF foi concebido durante a revisão curricular do curso de Agronomia, ocorrida em 1991. O curso de Zootecnia, quando da sua criação em 2008, também definiu a disciplina como central na formação de seus profissionais. Desde a sua implantação pelos dois cursos até o ano de 2011, a disciplina VAF denominou-se Estágio de Vivência. Essa iniciativa da UFSC representou uma originalidade, já que se tratava da primeira experiência em âmbito nacional. A criação dessa disciplina se deve à percepção de uma crescente demanda desses cursos por estudantes de origem urbana, com pouca relação com as realidades rurais. A VAF atende esse novo perfil estudantil e possibilita uma aproximação da Universidade com a sociedade. De um lado, municípios e agricultores familiares contribuem com a Universidade pública para formar profissionais minimamente conhecedores da realidade da agricultura familiar catarinense, com toda sua diversidade, de outro, a UFSC interage mais diretamente com as comunidades rurais, tornando-se parceira de seu desenvolvimento.

As publicações semestrais da série Retratos da Agricultura Familiar procuram discutir o perfil da agricultura familiar de municípios em que a VAF foi realizada, tendo por base as experiências e os questionamentos dos estudantes junto às famílias de agricultores com as quais eles conviveram durante 21 dias.

Apoio:

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão